

# "SOBRE CAUSAS DO DESMEMBRAMENTO DA FEDERAÇÃO IUGOSLAVA"

RODRIGO CINTRA

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>3</b>
<b>SUMMARY</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>1 - NACIONALISMO - TESES</b>	<b>11</b>
<b>O NACIONALISMO APLICADO AO CASO IUGOSLAVO</b>	<b>13</b>
<b>PERSPECTIVAS PRIMORDIALISTA E SÓCIO-BIOLÓGICA</b>	<b>14</b>
<b>ETNICIDADE</b>	<b>16</b>
<b>TIPOS DE NACIONALISMO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA</b>	<b>20</b>
<b>ANOTAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O CASO IUGOSLAVO</b>	<b>24</b>
<b>2 - PERÍODO DE ESTABILIDADE – A UNIÃO</b>	<b>27</b>
<b>3 - O PAPEL DOS INTELLECTUAIS</b>	<b>30</b>
<b>4 - DESINTEGRAÇÃO (INFLUÊNCIAS DO SISTEMA INTERNACIONAL E QUESTÕES INTERNAS)</b>	<b>37</b>
<b>CRISE ECONÔMICA E REFORMAS ESTRUTURAIS</b>	<b>37</b>
<b>AS REFORMAS POLÍTICAS E A SOCIEDADE</b>	<b>41</b>
<b>A CRISE E O AFASTAMENTO ESLOVENO</b>	<b>42</b>
<b>5 - O FRACASSO DAS REFORMAS E O SURGIMENTO DE NOVOS CENÁRIOS</b>	<b>46</b>
<b>DO ECONÔMICO PARA O POLÍTICO</b>	<b>49</b>
<b>6 - O CENÁRIO INTERNACIONAL E O ENFRAQUECIMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>	<b>52</b>

AS REFORMAS ESTRUTURAIS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS _____	54
SOLUÇÕES PARA A CRISE: A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES CLIENTELISTAS _____	57
DA CRISE POLÍTICA AO CONFRONTO VIOLENTO - KOSOVO _____	59
<b><u>7 - DA CRISE À GUERRA</u></b>	<b>61</b>
OS ENTRAVES DA ESTRUTURA POLÍTICA _____	61
<b><u>8 - O ESTOURAR DO CONFLITO</u></b>	<b>65</b>
AS INDEPENDÊNCIAS _____	71
O AGRAVAR DAS TENSÕES _____	74
O INÍCIO DOS CONFLITOS VIOLENTOS _____	76
A INDEPENDÊNCIA BÓSNIA _____	77
MUDANÇAS NO STATUS DE DIREITOS _____	77
<b><u>9 - O CONTEXTO INTERNACIONAL</u></b>	<b>79</b>
CAUSAS DA GUERRA NA VISÃO INTERNACIONALISTA _____	79
CENÁRIO INTERNACIONAL E CONDIÇÕES INTERNAS _____	81
COMUNIDADE EUROPÉIA/UNIÃO EUROPÉIA _____	82
GRÁ-BRETANHA _____	85
ALEMANHA _____	86
FRANÇA _____	89
EUA _____	89
RÚSSIA _____	94
OTAN _____	95
ONU/UNPROFOR _____	95
ANOTAÇÕES SOBRE O SISTEMA INTERNACIONAL _____	96
DE CONFLITO NACIONAL PARA CONFLITO TERRITORIAL _____	98
<b><u>10 – CONCLUSÕES</u></b>	<b>102</b>
<b><u>ANEXO I - CRONOLOGIA</u></b>	<b>106</b>
<b><u>ANEXO II - MAPAS</u></b>	<b>111</b>
<b><u>BIBLIOGRAFIA</u></b>	<b>112</b>

## **Resumo**

A guerra que desmembrou a ex-Federação das Repúblicas da Iugoslávia ainda apresenta conseqüências tanto na vida dos iugoslavos quanto no sistema internacional. Este estudo busca repensar algumas das teses básicas apontadas pela mídia e por alguns analistas como sendo as causas da guerra.

Partindo do questionamento da principal destas teses – de que o conflito tem uma origem estritamente étnica – fazemos breves anotações sobre as teorias de etnicidade/nacionalismo, passamos para um estudo histórico do conflito, buscando agregar um maior número de dimensões, e finalmente concluímos analisando a participação dos atores do sistema internacional no desenvolvimento do conflito.

## **Summary**

The war that dismembered the former-Federation of the Republics of Yugoslavia still, through its consequences, presents in the life of the Yugoslavians as in the international system. This study directed to the rethinking of some of the pointed basic theses that may have caused the war; the most important ones are those pointed by the media and by some analysts.

Starting from what may be the most important of these theses – that the conflict has an strictly ethnic origin – we make brief annotations on ethnicity and nationalism theories', then we passed for a historical study of the conflict, in an effort to join a larger number of dimensions, and finally we concluded analyzing the participation of some actors of the international system in the development of the conflict.

## **Introdução**

O conflito iugoslavo foi o primeiro grande conflito ocorrido dentro da Europa depois que a Guerra Fria acabou. Envolveu diversos atores internacionais e mobilizou exércitos, diplomatas e intelectuais, todos procurando entender o que estava acontecendo, de forma a poder agir na sua solução.

O NAIPPE/USP vem desenvolvendo nos últimos anos, com a orientação do professor Dr. Braz de Araujo, um projeto de análise de conflitos internacionais. Participando deste projeto, pudemos aproximar-nos do conflito beneficiados pelas distâncias geográfica e nacional, procurando identificar os elementos que reacenderam o conflito supostamente étnico que lá ocorria.

A grande imprensa internacional não poupava páginas para dizer que o conflito era tão antigo quanto a existência dos próprios povos envolvidos e que as soluções passariam pela total separação dos mesmos (posição essa que repercutiu em alguns dos planos de intervenção que não alcançaram sucesso duradouro e sustentável).

Conforme aprofundávamos nosso estudo, percebíamos que alguns elementos e fatos não se encaixavam na idéia de conflito étnico (eles serão abordados mais detalhadamente neste estudo). Diante desta inquietação, procuramos desenvolver este estudo, que procura realçá-los e identificar sua real importância para todo o processo de desmembramento da Federação da Iugoslávia, a fim de iniciarmos um pequeno questionamento das reais causas do conflito.

"Os atuais tormentos dos povos da efêmera Iugoslávia não se explicam apenas pelo desaparecimento de um ditador efetivo, nem pelas ações de guerrilheiros ou forças de ocupação da Segunda Guerra Mundial, nem (recuando um pouco mais) pela política Habsburgo em relação aos povos dominados, e muito menos pelo aburguesamento da ideologia e da mitologia nacionalistas desde a Revolução Francesa. Séculos de domínio otomano, a rivalidade medieval entre católicos e ortodoxos, e até mesmo o antagonismo entre francos e eslavos, talvez também façam parte da história" (Roberts 2000: 811). Se tomamos esta tese como verdadeira, novamente somos confrontados pela pergunta: o que causou a guerra na ex-Iugoslávia? Este texto, procura identificar elementos estruturais internos e sistêmicos externos para explicar parte das razões que levaram ao desmembramento da Federação Iugoslava, no começo dos anos 1990.

O processo de transição dos regimes comunistas do Leste para a democracia liberal foi muito mais complexo e múltiplo do que a euforia do imediato pós-queda do Muro de Berlim procurou apontar (Cf. Lafer e Fonseca 1994). A forma de transição deve-se à conjuntura do momento, mas sobretudo aos tipos de comunismo implantados em cada um dos casos. A peculiaridade do caso Iugoslavo é que não ficou ligado somente às campanhas do Exército Vermelho, tendo seu início em uma revolução que começou com o movimento *partisan*, liderado por Tito e que destruiu o exército croata.

"Existem muitas teorias e explicações para este fenômeno, assim como muitos conceitos relacionados com esta guerra. Algumas pessoas inclinam-se para a versão de que, por exemplo, a 'limpeza étnica' também constitui a resposta espontânea dos povos da Iugoslávia do pós-comunismo ao longo do

período de 'internacionalismo proletário' imposto oficialmente pela política do regime anterior. Outros consideram que constitui apenas a continuação da II Guerra Mundial na Jugoslávia – que se teria 'reiniciado' logo após o fim da Guerra Fria e com os colapsos dos regimes de 'socialismo real' em todo o Leste europeu, incluindo na antiga Jugoslávia – pelo facto de o equilíbrio entre os dois blocos ter 'congelado' o mapa desta região da Europa, desenhado pelas grandes potências aliadas quando se tornou evidente a derrota da Alemanha hitleriana" (Niksic 1996: 11).

Através deste conflito, também podemos compreender algumas idéias sobre o sistema internacional, como é o caso do paradigma civilizacional (Huntington 1997), que, de acordo com esta ótica, pode ser estudado através da intensificação dos combates na ex-Iugoslávia e pela omissão do Ocidente no apoio aos muçulmanos bósnios ou na denúncia às atrocidades croatas.

Depois de anos de carnificina, ainda escapa à maioria dos observadores uma explicação plausível para o conflito. No âmbito externo ao conflito, prevalece a idéia de que todas as partes são dementes – expressada pela busca da constância da irracionalidade em toda a história da região (*Balkan Ghosts: a Journey Through History* – Robert Kaplan; *Black Lamb and Grey Falcon* – Rebeca West; *The war in Eastern Europe* – John Reed). Essa abordagem fatalista procura estudar o presente através de uma investigação do passado; os registros históricos são transformados numa “narrativa de auto-afirmação”. Se internamente esse recurso à história é importante, as análises externas não necessariamente devem prender-se a essas questões.

As diferentes posições quanto às origens do conflito são resultantes da profundidade do estudo e, principalmente, da qualidade da articulação entre

os mais variados elementos constituintes da natureza do povo iugoslavo. Grande parte dos estudos sobre o conflito concentram seus esforços em um ou dois pontos principais (nacionalismo histórico, modernização do Estado, fim do comunismo), resultando, geralmente, em posições mais simplistas e mecânicas do processo.

Branka Magas (Cf Ignatieff 1993), acredita que a origem do conflito está no programa do presidente Milosevic, cujas origens remontam ao Memorando de 1986, da Academia Sérvia de Artes e Ciência que procurava a construção de uma Sérvia sobre as ruínas da Iugoslávia pós-Tito. No entanto, mais do que uma obra exclusiva de Milosevic, o nacionalismo sérvio surgiu como o resultado do colapso da Iugoslávia de Tito.

De acordo com Ramet (1992: 80), "governantes ocidentais e publicações circulam mitos que perpetuam as confusões sobre a natureza da guerra e não apresentam respostas mais claras. Destes mitos, os mais populares são: o conflito entre sérvios e croatas é histórico; a guerra é primordialmente religiosa (entre sérvios ortodoxos e croatas católicos e muçulmanos bósnios); ninguém conseguiu antecipar a ocorrência da guerra (esse é geralmente usado por aqueles que não estavam prestando atenção); e, sendo o governo croata também repressor (juntamente com o governo sérvio), deve responder quase que na mesma proporção a culpa pela guerra. Nenhum destes mitos são verdadeiros, ainda assim cada um ganhou o seu peso"<sup>1</sup>.

---

1 "Western officials and publications circulate myths that perpetuate misunderstanding about the nature of the war and render any effective countermeasures more elusive. Of those myths the most popular are these: the conflict between Serbs and Croats is "century old"; the war is primarily a "religious" war (between Orthodox Serbs and Catholic Croats Bosnian Muslims); "no one" anticipated the war (the usual canard circulated by people who have not been paying attention); and, since the Croatian government is also repressive (alongside the Serbian



O trecho que se seguirá é exemplar neste sentido pois engloba a maioria dos mitos que circundam o entendimento do conflito. "Han sido civilizados únicamente cuando han estado dominados por un gran poder imperial o han estado amenazados por una poderosa fuerza política *externa* a los grupos étnicos de la región; en aquellos lapsos en que ese poder retrocede, o en que se disuelven los grandes imperios afloran los resentimientos ancestrales, o lo que Pareto donominaba los *residuos*, y los pueblos balcánicos se descuartizan entre sí, hasta que aparece un nuevo poder central capaz de imponerles un nuevo orden para que se comporten razonablemente, de una manera civilizada, y puedan coexistir entre sí con las reglas mínimas de la convivencia pacífica. En otras palabras: el imperialismo ha sido siempre la salvación y la matriz civilizadora de los Balcanes, mientras que tanto el tribalismo o el nacionalismo étnicos han sido su perdición, como también el camino más seguro hacia suas exacerbadas formas de barbarie" (Villegas 1995: 544).

Nesta introdução, exploraremos brevemente cada um destes mitos de forma a percorremos caminhos diferentes que nos permitam chegar à conclusões mais proveitosas ao entendimento do conflito, ainda que muito mais complexas:

- 1- O conflito se dá devido ao ódio histórico: sérvios e croatas têm vivido em paz por séculos, ainda que muitos conflitos e tensões tenham marcado a histórica da região. O rancor entre eles, contemporaneamente, tornou-se real depois da I Guerra Mundial, quando as duas nações uniram-se num único Estado e o governo

---

government), it must share near-equal blame for the war. None of these myths are true, and yet each has gained a certain currency".

sérvio ignorou o pedido de políticos croatas e eslovenos por maior autonomia, declarando um Estado centralizado com a capital em Belgrado. Neste período o governo central iniciou uma série de medidas que promoviam a desigualdade entre as etnias com maior proveito para os sérvios (impostos diferenciados, benefícios promocionais nas forças armadas para os sérvios, adoção do alfabeto cirílico). São esses acontecimentos que dão lugar ao nascimento contemporâneo da questão nacional iugoslava.

- 2- A guerra é religiosa: ela ocorreu em torno da terra e não da religião. Os sérvios, que eram 11,6% da população croata e 31,5% da população bósnia dominavam respectivamente 30% e 70% do território destas repúblicas. As diferenças religiosas só começaram a tomar força quando os políticos sérvios passaram a manipular as questões religiosas e históricas a fim de estimular o ódio aos não-sérvios.
- 3- Ninguém foi capaz de antecipar a guerra: muitos especialistas (tanto nativos quanto externos) anteciparam a guerra em mais de uma década. Dusan Biber, em 1983, dizia que a tensão interna da Iugoslávia estava crescendo de tal forma que se nada fosse feito correr-se-ia o risco de criar uma situação como a do Líbano. Outros acontecimentos históricos também apontavam para o aumento das tensões e iminente conflito no começo do anos 1990.

## 1 - Nacionalismo - teses

A questão do nacionalismo e da etnicidade certamente é uma das mais abertas dentro das ciências humanas e está diretamente ligada aos modelos teóricos e concepções de mundo de cada estudioso. Fugiria ao escopo deste trabalho uma discussão mais aprofundada dos possíveis significados que cada um destes conceitos pode ganhar, aqui pretendemos apenas verificar o seu uso, como um instrumento político, ou seja, o que foi feito do nacionalismo e da etnicidade e não propriamente qual é a sua origem.

Ainda assim, apresentamos duas definições iniciais que acreditamos ser importantes para a discussão deste trabalho. De acordo com o Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio *et alli* (1994) a etnia é " um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e território" (p.449). O nacionalismo, como aponta-nos Gellner (1993) é o "princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra" (p.11) e "ter uma nacionalidade não é uma característica inata do ser humano, mas chega realmente a parecê-lo" (p.19). Seguindo a orientação destas duas definições e as linhas gerais deste trabalho, doravante entenderemos a etnicidade e o nacionalismo como forças aglutinadoras, sendo que no primeiro caso esse processo aglutinador não tem o perfil de instrumento político que podemos encontrar no segundo.

Usado como uma força política, o nacionalismo apresenta-se como uma força altamente maleável por todos aqueles que estão politicamente interessados na independência e nos direitos do Estado. A chave para a

definição de uma comunidade política<sup>2</sup> está na definição dos princípios de sociedade (membership), fronteiras culturais e territoriais, bem como seus "inimigos".

Ao contrário do que ocorre numa sociedade comunista, o nacionalismo não reafirma seus objetivos entre um grupo de pessoas que estão ligadas pela idéia de pertencimento à um Estado, outros elementos identitários são mais importantes. No nacionalismo a *exclusão é tão importante quanto a inclusão*. "Expressão nacionalista" pode ser uma reivindicação positiva e usual na cultura, adquirindo a qualidade de uma história política da reciprocidade social. Mas é, ao mesmo tempo, necessariamente uma reivindicação negativa do ponto de vista de quem "não pertence", um vez que os nacionalistas mais radicais desconfiam, temem e até têm ódio do outro – como estrangeiro – acreditando que as características pessoais deveriam ser excluídas.

O nacionalismo não é uma forma aparente e exclusiva de definir cultura e religião. É também um veículo de solução para problemas étnicos e mesmo políticos, sendo uma forma de candidatos eliminarem outros candidatos em eleições.

A idéia de bem e mal aparece nitidamente em nacionalistas separatistas, de acordo com o objetivo de cada método utilizado. Numa atmosfera de tolerância e instituições pluralizadas, as expressões culturais, religiosas e étnicas tendem a ser algo positivo que não negam a mesma liberdade às outras manifestações de mesmo tipo. Dentro de condições econômicas favoráveis podem ser fatores importantes para manterem grupos

---

<sup>2</sup> Para uma exposição mais detalhada do nacionalismo e da etnicidade, ver o estudo pioneiro de Andrés Aranda (*op. cit.*).

diferentes unidos onde existem canais institucionalizados para expressões públicas.

O nacionalismo pode ser comparado com o comunismo naquilo que se refere à ideologia coletivista, mas também pode definir as características de parceria no nível individual. Em contraste com o que ocorre nos partidos comunistas, no caso do nacionalismo a parceria é exclusivista ao invés de ser aberta a pessoas – sem que se leve em conta religião, raça e cultura. Assim, a parceria não é somente em partidos, mas na sociedade em geral.

Politicamente, as regras nacionalistas e comunistas em versão mais radical são compatíveis tanto concomitantemente quanto em sucessão porque ambas negam (por razões diferentes) a necessidade de providenciar mecanismos institucionais a fim de regular e proteger diferenças (como oposições, críticas, conflito de interesses e direitos de minorias).

#### *O nacionalismo aplicado ao caso iugoslavo*

O processo de desenvolvimento do nacionalismo iugoslavo não pode ser entendido como resultante natural de um ódio cultural e étnico, mas como o choque entre os vários objetivos nacionalistas e a realidade da Iugoslávia, assim como resultante das conseqüências de uma profunda transição socioeconômica e de divisões políticas já existentes no território.

As guerras que criaram novos Estados nacionais na Iugoslávia, continham vários elementos: conflito psicológico entre as múltiplas identidades e lealdades político-sociais; o direito cultural de defesa de terra; conflito de classe; dissoluções de funções governamentais e econômicas em Estados

antigos e a construção de fronteiras; relações internacionais; infraestrutura econômica e forças armadas de defesa.

O conflito iugoslavo apresentou para o mundo a força que as identidades étnicas têm. A chamada limpeza étnica foi, talvez, o principal instrumento utilizado pelos movimentos nacionalistas na tentativa de alcançar a supremacia política da etnia.

Apresentamos a seguir um conjunto de anotações sobre etnia e nacionalismo que nos servirão de apoio para pensarmos a desintegração da Federação Iugoslava. Não pretendemos, neste momento, aprofundar ou questionar as teorias nas quais estão baseadas, mas antes, iluminar elementos que nos permitirão um entendimento mais completo e crítico da limpeza étnica e dos movimentos nacionalistas iugoslavos, mesmo porque pretendemos analisar o uso do nacionalismo como um instrumento político e não propriamente as origens do nacionalismo iugoslavo.

#### *Perspectivas primordialista e sócio-biológica*

No campo de estudo do nacionalismo, a despeito de várias interpretações possíveis, duas ganham um especial destaque: a perspectiva primordialista (sendo o antropólogo Clifford Geertz um de seus maiores teóricos) e a sócio-biológica.

**Tabela 1:** características das perspectivas primordialista e sócio-biológica sobre nacionalismo

Primordialista	- a identidade do grupo é dada
	- em todas as sociedades existem alguns pontos primordiais de ligação, baseados no sangue, raça, língua, religião, região
	- estas "amarrações" são coercitivas e resultam de um longo processo de cristalização
	- a identidade étnica é construída através da experiência histórica, chegando a um ponto no qual é tida como dada
	- as amarras étnicas são compreendidas como naturais
Sócio-biológica	- a etnicidade é resultado da expansão do processo de seleção reprodutiva (princípio segundo o qual tende-se a escolher dentre um grupo pequeno aqueles com os quais a reprodução é desejável)
	- fatores genéticos são fundamentais para a formação dos grupos, sendo que a língua e a cultura funcionam como indicativos dos pertencentes ao grupo e dos não-pertencentes
	- há uma combinação entre elementos irracionais e racionais para a formação da consciência étnica (identidade e dignidade nacionais, obsessão xenofóbica pela conquista de alguns objetivos). "Nationalism builds on ethnocentrism towards the in-group and xenophobia towards the out-group" <sup>3</sup> (Llobera 1999: 11)

Os Estados do chamado Terceiro Mundo, tendem a ser marcados por realidades primordialistas baseadas nos grupos étnicos ou nas comunidades.

“Todo povo possui uma *alma*. Um *arquivo* de significativas existências

<sup>3</sup> "O nacionalismo é construído com o etnocentrismo no tocante aos pertencentes do grupo e xenofobia no tocante aos não-pertencentes".

passadas (muitas vezes arcaicas) e contemporâneas, gratificantes ou traumáticas, específicas daquela gente; a par de certos costumes tradicionais e valores fundamentais, cultivados através do tempo. Esta *alma* predispõe para sentimentos e reações comuns, principalmente quanto em comportamento coletivo” (Doring 1999: 55).

De acordo com Harold Issacs (1975) existe um conjunto de fatores que contribuem para a formação da identidade de cada pessoa:

1. Perfil físico (cor da pele, tipo de cabelo, fisionomia);
2. Nome e sobrenome da pessoa;
3. Língua-mãe, através da qual descobrirá o mundo;
4. Religião;
5. História e origem do grupo no qual nasceu;
6. Nacionalidade ou grupo étnico;
7. Geografia do local onde nasceu; e
8. Cultura na qual está imerso.

A perspectiva primordialista ajuda-nos a identificar os grupos contudo não consegue explicar tanto as origens quanto mudanças e dissoluções que acontecem com estes mesmos grupos. Podemos dizer que a perspectiva sócio-biológica incorre na mesma incapacidade. Isso abre a necessidade de trabalharmos com um conjunto de variáveis mais amplo.

### *Etnicidade*

Tentar entender o que ocorreu na Iugoslávia baseando-se somente em características peculiares a cada indivíduo é uma tarefa incompleta pois não



conseguiremos explicar o conflito ao mesmo tempo em que observamos o desenvolvimento histórico da região dos Bálcãs.

Samuel Huntington (1997: 18) indica-nos a importância de pensarmos de uma forma mais ampla. “A cultura conta e a identidade cultural é o que há de mais significativo para a maioria das pessoas”; daí, *segundo esta visão*, os habitantes de Sarajevo passarem a identificar-se com os muçulmanos, com o fim da Guerra Fria<sup>4</sup>.

Um exemplo histórico que sustenta a necessidade de uma visão mais ampla, é a famosa Batalha de Kossovo<sup>5</sup>, que, apesar de ser um dos principais referenciais da guerra que levou ao desmembramento da Federação, é atualmente baseada numa imprecisão geográfica de fundamental importância. “O local da Batalha de 1389 e a província otomana não são as mesmas que a da província iugoslava de 1945 a qual nos referimos atualmente”<sup>6</sup> (Malcom 1999: 137); ou ainda “no final do século XIX, os otomanos estabeleceram a *vilayet* ou província de Kossovo, mas ela englobava um território diferente do de Kossovo atual”<sup>7</sup> (Djilas 1998: 124).

Neste mesmo sentido, apenas o desenvolvimento histórico das relações entre as etnias da região não nos permite chegar, de uma forma

---

<sup>4</sup> Estamos reproduzindo o pensamento de Huntington pois ele nos oferece um caminho para aproximação ao caso da Iugoslávia, no entanto discordamos de algumas de suas conclusões pois não abarcam a complexidade real do caso. Neste exemplo, especificamente, suas conclusões ficam prejudicadas se levamos em conta que a população cigana na Iugoslávia representa aproximadamente 6% do total e que muitos sérvios lutavam pela independência de Kossovo e não ao lado da Sérvia.

<sup>5</sup> Em verdade ocorreram duas batalhas em Kossovo Polje (Campos dos Melros, em servo-croata), uma em 1389 e a outra em 1448. No entanto, a literatura oral épica trabalhou-as de tal forma que ocorreu uma certa sobreposição das duas batalhas (Javanovic 1994: 183; e 1990). A fim de não fugir do escopo deste trabalho, adotaremos a batalha de 1389 como referencial, já que esta é a mencionada pelos meios de comunicação, analistas e, em alguma medida, pelos próprios atores iugoslavos envolvidos.

<sup>6</sup> “The site of the Battle of 1389 and the Ottoman province are not the same as the 1945 Yugoslav province to which we refer today”.

<sup>7</sup> “In the late nineteenth century, the Ottomans established the *vilayet* or province of Kossovo, but it encompassed a rather different territory than today’s Kossovo”.

mecânica e inexorável, à conclusão de que há um ódio entre elas, que sempre transformou-se em manifestações de violência. Ver a Cronologia (Anexo I) do conflito.

Existem teorias que se ocupam exclusivamente de grupos étnicos, ainda que seus resultados possam ser expandidos para níveis mais amplos (como é o caso do nacionalismo). São conhecidas por instrumentalistas aquelas que defendem a idéia de que a etnicidade resulta de processos econômicos, políticos e sociais. Desta forma, "os grupos étnicos não têm limites fixos; antes são entidades coletivas que mudam em tamanho de acordo com mudanças nas condições estruturais. O mesmo ocorre com os indivíduos, eles não só não estão determinados de forma permanente como membros de um grupo étnico, como podem ser membros de mais de um grupo ao mesmo tempo"<sup>8</sup> (Llobera 1999: 13).

A etnicidade não é somente uma expressão de uma cultura abstratamente concebida, todavia uma forma de organização social; ainda que, no contato com outros grupos, as características culturais ganhem maior visibilidade. Por isso, há uma maior importância na identificação de elementos comuns aos membros do grupo e de defesa destes elementos, numa tentativa de aprofundar a diferenciação entre os membros do grupo e outros membros. De acordo com Abner Cohen, o etnicismo é "resultado de uma interação entre diferentes grupos de cultura" resultante de "uma luta acirrada entre grupos que almejam posições estratégicas de poder no contexto do Estado moderno" (*apud* Aranda 1999: 3). Não há dúvidas que, no caso iugoslavo, os grupos com culturas diversas estavam em conflito, contudo faz-se necessário analisar

---

<sup>8</sup> "ethnic groups have no fixed boundaries; they are rather collective entities which change in size according to changing conditions. As to individuals, not only they are not assigned permanently to an ethnic group, but they can be members of more than one at the same time".

a formação da organização destes grupos bem como de suas formas de atuação, a fim de confirmarmos ou não a tese de que o conflito é estritamente étnico.

Huntington (1997) aponta-nos ainda que, dos elementos que definem a civilização, o mais importante é a religião e que "uma civilização é assim o mais alto agrupamento cultural de pessoas e o mais alto nível de identidade cultural que as pessoas têm aquém daquele que distingue os seres humanos das demais espécies" (pp. 47-48).

Quando pensamos especificamente na questão da etnia, vemos que o estudo da política étnica desde a II Guerra Mundial é condicionado pelo estudo da modernização econômica e do desenvolvimento político (Newman: 1991); desta forma, finda por dar maior ênfase a alguns pontos. Até o começo da década de 1970, o conflito étnico era entendido como transitório e desapareceria com a surgimento das sociedades modernas. No entanto, quando isso não ocorreu, as teorias foram substituídas por teorias que apontavam os conflitos da modernização.

Marx e Durkheim defendiam que a identidade étnica faz parte de um fenômeno que está sujeito à transformação pelas forças econômicas. Para Marx, a religião e o nacionalismo étnico são partes integrais da super-estrutura criada pelas classes políticas e econômicas dominantes; são usadas para legitimar seu governo, unindo artificialmente um conjunto de classes através da criação de uma falsa consciência. Neste sentido, espera-se que o processo de modernização leve à vitória do proletariado, o que significa que o nacionalismo deve desaparecer, assim como outras manifestações de classe.

Para Durkheim, o processo de modernização econômica leva ao aumento da divisão social do trabalho, substituindo a integração mecânica pela integração orgânica da sociedade. A sociedade integrada mecanicamente é unida pela consciência coletiva, oriunda de um conjunto de identificações primordiais. Quando a divisão social do trabalho alcança níveis mais elevados, a identidade coletiva perde importância pois cada indivíduo sabe de sua interdependência com os demais.

Walker Connor<sup>9</sup> (Cf. Newman 1991), por outro lado, defende que o processo de modernização não acaba com as divisões étnicas mas, ao contrário, as fortalece ao colocar juntos grupos étnicos antes isolados e que agora deverão competir pelos mesmos nichos econômicos. Desta forma, a modernização econômica não leva a uma nova forma de integração social, uma vez que o aumento da interação dos grupos étnicos pode resultar em conflitos violentos. Nesta linha de raciocínio, o processo de urbanização é visto como um agravante uma vez que os indivíduos passarão a competir por posições e procurarão suas identidades étnicas a fim de se fortalecerem. Desta forma, a identidade étnica é vista como algo que pode ser recriado de acordo com alguns objetivos políticos, servindo como uma ferramenta política tanto quanto como uma base de identidade do indivíduo.

#### *Tipos de nacionalismo de acordo com a classificação econômica*

O nacionalismo, do ponto de vista econômico, pode ser classificado em dois grandes grupos:

---

<sup>9</sup> Connor (1973). "The Politics of Ethnonationalism" in Journal of International Affairs 27.

- (1) Produtivo: quando o investimento de base nacionalista tem como principal objetivo a integração da sociedade, consolidando o poder central do Estado. O Estado torna-se o ser supremo e o defensor da nacionalidade (estabelece a segurança, oferece bens públicos, defende a propriedade).
- (2) Distributivo: seu objetivo primeiro é a promoção de vantagens para o grupo nacional ou étnico, expropriando os demais grupos que compõem a sociedade multinacional. Com isso, o nacionalismo é entendido como uma força que procura alterar a distribuição internacional (ou inter-étnica) das questões econômicas. Esse tipo de nacionalismo leva à desagregação do Estado.

No caso iugoslavo, o nacionalismo distributivo é o que melhor dispõe de instrumental teórico para explicar, *racionalmente*, o conflito. Uma longa crise afetou o país no início dos anos 1980, levando à implementação de elementos de estabilização macro-econômica e transição sistêmica no triênio 1988-90. No início dos anos 1990, esse processo de estabilização apresentou-se contrário aos interesses econômicos das repúblicas, uma vez que as reformas radicais necessárias ameaçavam a permanência das elites no poder e, em particular, a nascente, mas poderosa, classe média.

Tal situação abriu espaço para movimentos de elites no sentido de promover uma série de reformas necessárias, juntamente com sua manutenção no poder (aproveitou-se para desmontar o antigo sistema comunista com o intuito de remover muito do poder antes concentrado nas bases sociais).

Neste sentido, entre as principais razões para a desintegração iugoslava, podemos incluir:

- (1) a diferença do PIB entre as regiões mais e as menos desenvolvidas (entre a Eslovênia e Kosovo de 5:1 em 1955 passou a 8:1 em 1989), esse aumento da diferença não significava que a Eslovênia estava crescendo mais do que Kosovo porém que a desigualdade entre eles aumentava. As políticas de redistribuição de rendas pela Federação ameaçava o desejo que os eslovenos tinham de passarem a fazer parte da Europa;
- (2) as reformas econômicas iniciadas nos anos 1970 (para minimizar os impactos das diferenças econômicas, havia uma transferência constante de capitais entre as repúblicas além de outras medidas distributivas); e
- (3) aumento da distribuição inter-republicana do processo de estabilização dos anos 1980.

"O reforço do nacionalismo econômico na ex-Iugoslávia poderia ser interpretado como as conseqüências imprevistas de decisões de política econômica; mas foi também, em alguma medida, a escolha obrigatória pelo menos pior. Foi o nacionalismo político que foi considerado ser o grande demônio, a maior ameaça para a união da Federação Iugoslava, e assim foi continuamente suprimida. Isso foi, provavelmente, parte da estratégia deliberada de Tito no que diz respeito à questão nacional na Iugoslávia: aumento da autonomia na esfera econômica foi a resposta para as demandas das repúblicas por maior autonomia política"<sup>10</sup> (Dallago 1998: 76).

---

<sup>10</sup> "The reinforcement of economic nationalism in former Yugoslavia could therefore be interpreted as the unforeseen consequence of economic policy decisions; but it was also, in a

Durante a década de 1980, o mercado local passou a concentrar-se somente nos produtos regionais, segmentando a economia; mas isso não pode ser identificado com qualquer política propositalmente adotada. A regionalização econômica aumentou na Sérvia (1983=52,1%, 1987=62,3%) e na Croácia (1983=59,7%, 1987=67%). Diante disto, o governo federal viu-se obrigado a intervir para redistribuir o fluxo de capital, resultando numa enorme pressão social (que expressou-se através do binômio “explorados” e “exploradores”). A fim de controlar as pressões, o governo federal valeu-se de instrumentos indiretos, permitindo o surgimento de uma economia paralela.

As manifestações difusas e as práticas econômicas extra-oficiais que ocorreram sem resultar em benefícios coletivos, são vistas como tentativas de evitar os custos privados resultantes de situações econômicas não desejadas. No entanto, quando essas manifestações alcançaram um grau de organização e conseguiram expressar-se como demandas coletivas, passaram a ameaçar a estabilidade econômica e social. Esta ação coletiva poderia ser obstruída por três fatores: (1) incertidão quanto aos benefícios das mudanças; (2) custos da transição entre um sistema e o outro; e (3) o problema do *free-rider*. (Dallago 1998: 78).

O nacionalismo foi adotado pela Sérvia pois, entre outros motivos, acreditava-se que através da Grande Sérvia seria possível aumentar o bem-estar dos sérvios através do incremento das fontes de recursos. Já para a Croácia, o nacionalismo foi adotado pois também permitiria a independência da república, concentrando seus recursos em seu próprio território. No nível

---

sense, the obligatory choice of the lesser evil. It was political nationalism that was considered to be the 'greater evil', the major threat to the unity of the Yugoslav federation, and hence was continuously suppressed. This was probably part of Tito's deliberate strategy towards the national question in Yugoslavia: increasing autonomy in the economic sphere was to counterbalance the demands of the individual republics for greater political autonomy".

pessoal, a troca de favores beneficiou principalmente os burocratas da estrutura estatal. Neste processo de segmentação econômica, as repúblicas passaram a aumentar os impostos dos bens provenientes das demais, além de pararem de repassar os impostos para a federação.

### *Anotações preliminares sobre o caso iugoslavo*

"O despertar nacional se traduziu no países de Oeste, em primeiro lugar, no retorno às tradições, à história nacional, às origens dos Estados. Pois bem, esse retorno às fontes, compreensível reação a uniformização e a russificação dos anos 1948-1953, teve como efeitos revitalizar os valores nacionais e, também, de reanimar as rivalidades do passado e de dedicar-se à busca dos meios capazes para retomar tais rivalidades"<sup>11</sup> (Fejtö 1971: 39).

Na Iugoslávia, as forças centralistas também ajudaram a reavivar os conflitos nacionais. Com o fim da II Guerra Mundial e o início do governo comunista, a Iugoslávia adotou uma estrutura federal, mas essa estrutura era corrompida pela organização centralizadora do Partido Comunista, da polícia, do exército e das principais instituições econômicas. O poder foi concentrado em Belgrado – que era a capital federal e, ao mesmo tempo, a capital da Sérvia – o que favorecia em alguma medida os sérvios que passavam a participar maciçamente do governo.

Com a crise do comunismo e a abertura da competição pelo domínio dos aparatos estatais e políticos, os apelos ao sentimento étnico-nacionalista passaram a ser usados como potentes instrumentos de poder político pelos

---

<sup>11</sup> "El despertar nacional se tradujo en los países del Este, en primer lugar, en un retorno a las tradiciones, a la historia nacional, a los orígenes de los Estados. Ahora bien, ese retorno a las fuentes, comprensible reacción y a la rusificación de los años 1948-1953, tuvo los efectos de revitalizar los valores nacionales y, también, de reanimar las rivalidades de antaño y de dedicarse a la búsqueda de los medios capaces de remontar tales rivalidades".



líderes das repúblicas iugoslavas. A grande variação foi na forma como esses sentimentos foram usados. Do confronto de declarações sobre o direito de independência das repúblicas, passou a significar o reconhecimento absoluto das características étnicas, o que acabou exacerbando as crises política e econômica (Gagnon 1991).

Nos seis anos que antecederam a morte de Tito, dois assuntos dominaram a agenda política iugoslava: (1) Kosovo e (2) a crise econômica. Ambos resultantes da estrutura política descentralizada de Tito.

Em março de 1981, o crescimento das manifestações albanesas em Kosovo (auto-determinação e melhora nas condições de vida) culminaram em manifestações violentas e pedidos de autonomia total para a província. Desta forma, com a possibilidade de a província procurar a independência para anexar-se à Albânia, causou medo entre os sérvios, isto dentro de um quadro de crescentes tensões étnicas. Ainda que a Liga dos Partidos Comunistas tenha acabado com a força política do nacionalismo albanês, parte da *intelligentsia* sérvia, contrária ao governo sérvio do momento, aproveitou-se do momento para explorar o nacionalismo sérvio, dizendo que o governo não estava ocupando-se dos interesses dos sérvios em Kosovo. Ela usou o descontentamento popular para questionar o monopólio do poder político pelo partido único assim como pedir reformas liberais. Com isso, a questão de Kosovo ganhou uma vida própria, alcançando uma grande significação política.

A economia deteriorada também apresentou uma fonte de descontentamento. A descentralização econômica fez com que cada república tivesse suas próprias regras. De forma autárquica, os governantes

procuravam aumentar seu poder dentro da república ao invés de ocupar-se da economia federal. Havia poucas razões para lealdade federal, além de que o aparato central do partido comunista era praticamente inexistente. Desta maneira, além de os interesses federais terem poucos defensores, estes não contavam com muitos instrumentos. O debate sobre a reforma econômica transformou-se em um campo de batalha política.

A Liga dos Partidos Comunistas, para implementar uma reforma liberalizante, foi forçada a tornar-se mais autoritária. No entanto, a dificuldade em implementá-la ficou patente em 1985 quando a luta pelo poder político tornou-se evidente na Reunião do Comitê Central<sup>12</sup>.

Com a piora da situação econômica e a impossibilidade de atuação do partido (que estava desunido), os grupos de oposição intensificaram seus ataques. Esses ataques pautaram-se na idéia de interesses étnicos. "Foi este uso do nacionalismo como um assunto político que, efetivamente, quebrou a paralisia sobre a reforma da política econômica"<sup>13</sup> (Gagnon 1991: 21).

---

<sup>12</sup> Ainda no final de 1985, Kiro Gligorov – um dos principais articuladores da reforma – declarou publicamente que haviam falhado.

<sup>13</sup> "It was this use of nationalism as a political issue that effectively broke the stalemate over economic policy reform".

## **2 - Período de Estabilidade – a união**

Ao vermos a dissolução da Iugoslávia em Estados nacionais e a guerra civil que lá tomou lugar, tendemos a acreditar que se tratava de um país artificial. Esse posicionamento pode ser encontrado tanto entre os nacionalistas que procuravam o desmembramento da Federação quanto em cientistas políticos que acreditam serem os países etnicamente homogêneos mais estáveis.

Neste sentido, dois seriam os motivos que teriam permitido a preservação artificial da Federação:

- 1- Liderança carismática de Josip Broz, Tito (com sua morte em 1980 abre-se espaço para o surgimento de novas lideranças); e
- 2- Ditadura comunista que pôde forçar as pessoas com profundas diferenças históricas e político-culturais a viverem juntas (com o colapso do comunismo, cessou essa força que unia as partes, fazendo com que cada uma procurasse seu espaço).

A despeito destas posições, sendo a desintegração irresistível não há porque acreditarmos na necessidade absoluta de guerra, se cada parte agora procuraria seu próprio espaço, as únicas lutas possíveis estariam diretamente ligadas às questões fronteiriças.

A união da Iugoslávia deve-se a uma mistura delicada de práticas políticas e econômicas internas (busca por equilíbrio entre as partes e repartição da soberania federal), bem como dos acontecimentos que estavam ocorrendo na arena internacional.

No século XX podemos identificar duas estruturas distintas na Iugoslávia (1918-1941 e 1945-1991), sendo que ambas foram construídas em face dos arranjos pós-guerras das potências europeias.

Na primeira (1918-1941), quando formou-se o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos que foi criado sob a dinastia Karadjordjevici, e que, em alguma medida, resultou da I Guerra Mundial, podemos identificar um destaque para o movimento nacionalista contra os impérios austríaco, húngaro e turco (movimento que tem suas raízes ainda no século XIX). Neste momento, prevalecia no sistema internacional a idéia de auto-determinação dos povos<sup>14</sup>, possibilitando o surgimento de movimentos político-sociais que procuravam promover a representatividade das três nações (sérvia, croata e eslovena), culminando na união da Sérvia e de Montenegro com as demais regiões nas quais podia-se encontrar uma alta concentração das nações citadas<sup>15</sup>.

No segundo período (1945-1991), na Sérvia e na Croácia, com o fim do comunismo, viu-se uma forte movimentação no sentido de estabelecer a legitimidade do novo regime político, essa movimentação esteve carregada com uma tendência autoritária muito grande, um vez que também havia a preocupação com o reforço das instituições estatais. Desta forma, esperava-se assegurar uma transição mais harmônica entre o antigo regime e o novo, que acabou, entretanto, culminando em um forte nacionalismo (Niksic 1996: 10).

---

<sup>14</sup> Em grande medida, isso ocorria como forma de justificação da dissolução dos Impérios Habsburgo e Otomano que vinham dominando a região por alguns séculos.

<sup>15</sup> Muitos destes grupos procuravam, uma vez desmoronados os Impérios aos quais pertenciam, formar uma independência rápida para evitar que se tornassem território italiano ou austríaco.

No caso específico da Bósnia-Herzegovina, por exemplo, a transição dos regimes políticos destruiu todas as instituições estatais, que deixaram de existir. Desta forma, o problema não foi somente o do fim das hostilidades entre grupos, mas a reconstrução de um Estado.

A guerra na ex-Iugoslávia não significou apenas o aparecimento de uma série de novos Estados etnicamente puros. A porcentagem de pessoas da etnia respectiva a um Estado (eslovenos na Eslovênia; sérvios na Sérvia...) aumentou significativamente desde o início da crise (Niksic 1996: 12). Isso indica-nos a existência de outros mecanismos além dos étnicos (entendidos como origem e mecanismo do conflito).

A fragmentação iugoslava foi resultado da combinação de uma série de fatores, incluindo as antigas rivalidades étnicas, desigualdades econômicas entre as seis repúblicas, lutas pelo poder por parte das elites étnicas e a luta sérvia (sob a liderança de Milosevic) pelo aumento do poder sérvio. As tensões aumentaram num cenário de crise econômica (interno) e colapso comunista (externo) (Bowker 1998).

### 3 - O papel dos intelectuais

As várias entidades existentes no Estado iugoslavo já haviam existido anteriormente, no interior dos dois grandes impérios que dominaram a região e que também foram multi-étnicos. "Apesar de as diferentes nações eslavas que 'habitavam' nesses Impérios conhecerem graves problemas relativos à sua identidade nacional – devido precisamente à natureza multi-étnica e multinacional dos Impérios Austro-Húngaro e Otomano – não se verificou uma forte pressão de Viena ou Istambul no sentido de uma assimilação nacional<sup>16</sup>. Assim, floresceram diversos programas nacionais, mas os mecanismos políticos eram insuficientes para concretizar esses programas. Uma das consequências desse factor foi a emergência de uma espécie de 'característica singular' entre todas essas nações: sempre tiveram a percepção de serem colocadas em perigo por alguém, um sentimento típico das minorias. Deste modo, a identidade colectiva destas nações, ou a sua identidade nacional, foi efectuada de início sob condições muito desfavoráveis, e mais tarde também vão continuar a actuar e a comportar-se como minorias, independentemente da sua força efectiva ou da sua população" (Niksic 1996: 22)<sup>17</sup>.

Em um Estado, quando todos têm a sensação de serem minorias, torna-se mais difícil chegar a um compromisso coletivo. A forma pela qual deu-se a formação dos pilares de sustentação do que viria a ser a Federação iugoslava já apresentava-se frágil. As diversas reformas constitucionais que

---

<sup>16</sup> De acordo com Portal (1968:263-4), "os Turcos imiscuíam-se pouco na vida dos seus súbditos cristãos, aos quais pediam apenas o pagamento do tributo e a participação no recrutamento do seu exército".

<sup>17</sup> Para um estudo histórico mais detalhado sobre a evolução da cultura eslava e da importância do papel dos intelectuais, ver o 4º capítulo do livro 4 de Portal (*op. cit.*): "O renascimento nacional da Boémia-Eslováquia".

foram ocorrendo com o tempo aprofundaram e expuseram ainda mais essa fragilidade, promovendo a desestabilização político-social ao invés de permitir uma verdadeira consolidação da idéia de multinacionalidade.

Esta sensação de perigo foi fortalecida na vida cotidiana através da arte. Como aponta-nos Javanovic (1990: 56), "a dimensão trágica do cotidiano impregnou a vida cultural das etnias que integram o mundo iugoslavo, de maneira permanente, seja nas artes plásticas, seja na literatura, seja em outras esferas. A singular condição de país situado em zonas fronteiriças – fronteira geográfica de potências em conflito e fronteira cultural de mundos – moldou essa dimensão trágica, gota a gota, reiteradamente".

Segundo Misha Glenny (*The Fall of Yugoslavia*), não foram as diferenças étnicas ou históricas que levaram ao conflito mas sim os ideólogos nacionalistas que promoveram o início do conflito em 1991. Esse ação tornou-se possível graças à campanha que apontava para uma história de massacres entre os grupos étnicos (Cf Ignatieff 1993). A ação dos ideólogos potencializou as tensões de forma a atingirem o nível do conflito violento, no entanto existem elementos que mostram um forte movimento no sentido de fortalecimento da identidade étnica.

As diferenças étnicas têm origens históricas distantes, como é o caso do tratamento intelectual dispensado à Batalha de Kossovo, uma vez que a poesia épica popular tratou de exaltar – das mais diversas formas literárias – os feitos dos heróis da Batalha. "A exaltação feita aos heróis da tragédia que se abateu sobre o povo sérvio, constantemente ameaçado de extinção física (no sentido literal da expressão), representa, assim, a glorificação dos ideais do grande reino medieval desaparecido e, acima de tudo, significa a

instauração de uma espécie de ética do dever de defender, a qualquer preço, a sobrevivência da nacionalidade" (Javanovic 1994:188).

Neste processo de promoção do sentimento étnico, é no período do Romantismo que podemos notar uma atividade maior. "Os intelectuais eslovenos, vindo ao encontro das veleidades pan-eslavas e de um ilirismo croata, tinham de justificar a existência de uma língua literária eslovena em formação (...). A literatura orientou-se para fins nacionais e para a descrição da vida eslovena ameaçada nas suas tradições e até na sua existência pelos progressos do germanismo (...). As cidades, nas mãos de uma burguesia austríaca, eram alemãs, tanto pelo seu aspecto arquitectural como pelo uniforme dos seus funcionários e pelo género de vida. Mas forneciam os meios de acção de uma *intelligentsia* eslovena que escrevia, espalhava pelo país obras em língua regional e que, no quadro do Império, reclamava pouco a pouco os direitos dos Eslovenos a uma autonomia cultural" (Portal 1963: 386-7).

Esse movimento de fortalecimento do sentimento nacional está diretamente ligado à posição que as elites culturais desempenhavam na região. "A influência das elites políticas e intelectuais, quer as legítimas quer as autoproclamadas, tem-se tornado em muitas situações mais importante e decisiva que a própria influência das instituições do próprio sistema, como os parlamentos ou os partidos políticos. Desde o início que os grandes protagonistas da idéia jugoslava foram escritores, poetas, intelectuais, sempre bastante mais activos que os próprios políticos. Deste modo, é até certo ponto compreensível porque os motivos também foram o mesmo género de pessoa a iniciar em primeiro lugar os debates sobre o fim da Jugoslávia. Torna-se



assim impossível falar sobre as relações mútuas de 'sérvios' (todos os sérvios), 'croatas', 'eslovenos', 'bósnios', porque estas nações constituem normalmente meros instrumentos para a concretização dos projectos dominantes das suas elites.

"Esta característica também tem a sua explicação histórica. Pelo facto de durante vários séculos, em pleno domínio dos Impérios Otomano e Austro-Húngaro<sup>18</sup>, as nações jugoslavas não terem tido a possibilidade de concretizar a sua identidade colectiva por meios políticos, faziam-no sobretudo através da religião, língua, cultura ou mitologia nacional. É por esta razão que os principais protagonistas da política nacional, mesmo no século XX, foram muitas vezes escritores, poetas ou membros do clero. E pelo facto de este género de pessoas ter mais tendência para privilegiar os princípios e a moral, em detrimento do pragmatismo, torna-se muitas vezes difícil estabelecer um compromisso" (Niksic 1996: 33-34).

As elites culturais iugoslavas ficaram descontentes com o governo comunista a partir do momento em que o radicalismo procurou usar o poder criativo e comunicativo das elites para os interesses do Estado e, mais especificamente, do partido. Em 1952 o ministro da cultura húngaro expressava qual era a posição dos Partidos Comunistas com relação às artes: "O escritor – declarou em uma reunião de escritores – se esforça para defender seu direito a escrever sobre os temas que elege. Não obstante, em nosso mundo não se reconhece em absoluto tal direito ao escritor. Não poderíamos aceitar esse princípio de estética segundo o qual o gosto e o julgamento do escrito são os critérios principais quando se trata de definir o

---

<sup>18</sup> Neste caso o autor deveria fazer referência ao Império Austríaco apenas já que o Império Austro-Húngaro existiu apenas de 1867 à 1918.

*porquê e o como da literatura [...] Não é o povo nem o Estado os que devem adaptar-se ao gosto e ao julgamento do escritor, mas o escritor que, com seu trabalho e seu conhecimento, deve constituir-se em uma unidade com os interesses da construção socialista*"<sup>19</sup> (in Fejtö 1971: 211).

No começo do século XIX, importantes personalidades da cultura croata<sup>20</sup> fundaram o Movimento Ilírio, que procurava a união de todas as nações da chamada Grande Ilíria – do Mar Adriático ao rio Drina. Este movimento ganhou muitos adeptos na Dalmácia, na Eslovênia e na Bósnia; quando diversos jornais e revistas literárias foram fundadas. Já na cultura sérvia, surgiram vários movimentos similares, baseados na idéia de unidade nacional dos eslavos do sul. Apesar dos movimentos terem um sentido próximo, já carregavam em si diferentes concepções do que seria a união nacional, que iriam repercutir um século depois.

O desenlace do conflito nos anos 90 do século XX é resultante de um processo que desenvolveu-se durante a década de 80, sob os auspícios das elites políticas e intelectuais das repúblicas iugoslavas. Neste sentido, não podemos apontar o nacionalismo étnico ou mesmo um ódio étnico histórico entre as diversas etnias como a causa da desintegração da Federação iugoslava. Uma das principais causas está no que Niksic chamou de nacionalismo funcional<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> "El escritor – declaró en una reunión de literatos – se esfuerza por defender su derecho a escribir sobre los temas que ha elegido. No obstante, en nuestro mundo no se reconoce en absoluto tal derecho al escritor. No podríamos suscribir ese principio de estética según el cual el gusto u el juicio del escritor son los criterios principales cuando se trata de definir el *porqué* y el *cómo* de la literatura [...] *No es el pueblo ni el Estado los que deben adaptarse al gusto y al juicio del escritor, sino el escritor el que, con su trabajo y su enseñanza, debe constituirse en una unidad con los intereses de la construcción socialista*".

<sup>20</sup> Ljudevit(1809-1872) e Pavao Stoss (1806-1862), entre outros.

<sup>21</sup> "Um nacionalismo em função da criação de Estados nacionais" (Niksic 1996: 34).

Não podemos partir de um pressuposto simplista de que os povos que habitavam a região têm uma predisposição à violência, devemos encontrar as origens do conflito no processo de convencer estas pessoas de que faziam o que era correto ou justo; devemos entender igualmente como os fins tornaram-se tão grandiosos e imperativos a ponto de abafar qualquer visão mais crítica quanto aos meios que foram aplicados.

"O objectivo consistia em formar Estados nacionais a partir de todas as nações que procuravam o seu lugar próprio após a morte da Jugoslávia. Apesar de não ter existido piedade entre os antigos vizinhos, como aconteceu na Bósnia-Herzegovina, não foi apenas o ódio étnico que os moveu para se matarem entre si. As diversas populações foram em primeiro lugar motivadas pelo sentimento de 'responsabilidade nacional', com o objectivo de conceber um 'programa nacional'" (Niksic 1996: 34).

Quando o governo Tito deixou de existir e a aura de Estado multi-étnico viu-se em xeque, não prevaleceu a força da democracia, como acreditava-se, mas sim a da desintegração. Desta forma, o Estado iugoslavo transformou-se em um obstáculo para as elites nacionais, que haviam escolhido a formação dos seus Estados como principal objetivo. A contestação aberta direta da Federação, o que inclui a idéia de um Estado multi-étnico e multicultural, iniciou-se com uma ação deliberada das elites sérvia e eslovena; ambas apresentavam-se insatisfeitas com o Estado-comum da forma como estava apresentado.

Um dos principais grupos a utilizar o nacionalismo contra o partido foi a Academia Sérvia de Artes e Ciências. Acusavam de incompetência os líderes em face das crises econômica e política, dizendo que eles não observaram os

interesses sérvios nos últimos 45 anos (Gagnon 1991). Com o surgimento do Estado moderno, as tensões entre a modernização econômica e o desenvolvimento político colaboraram para a emergência dos conflitos étnicos. A nova burocracia encontrou legitimidade numa racionalidade científica e não no direito divino. Ao mesmo tempo, a modernização do sistema de ensino produziu uma *intelligentsia* que não encontrou espaço no corpo burocrático. Assim, viram-se forçadas a voltarem-se para seus grupos étnicos a fim de encontrar a legitimidade institucional e política que precisavam (Newman 1991).

## **4 - Desintegração (influências do sistema internacional e questões internas)**

### *Crise econômica e reformas estruturais*

A dissolução da Iugoslávia efetivamente começou diante da confluência de determinadas questões internas com profundas mudanças no ambiente internacional.

No final dos anos 1970, a política do FMI (tentativa de equilíbrio do sistema internacional através dos petro-dólares) levou vários bancos à falência, o que aumentou demasiadamente os juros estadunidenses, com isso, a dívida em dólares dos países em débito viu-se abruptamente elevada. Desta forma, a recessão ocidental que começou em 1975, intensificou-se, culminando numa depressão econômica mundial na década de 1980.

Neste mesmo período, viu-se no ambiente internacional novos e mais profundos choques econômicos. O segundo choque do petróleo ocorreu em 1978-1979, fazendo com que os juros estadunidenses alcançassem a casa dos dois dígitos num momento em que os empréstimos iugoslavos feitos em bancos externos privados eram equivalentes a 58% do débito total. Esses empréstimos deixaram de existir depois da crise na Polônia e da invasão soviética ao Afeganistão. Assim, a Iugoslávia da época ficou marcada pela diminuição de suas reservas internacionais e das exportações, além de um crescente débito de US\$ 20 bilhões, forçando o governo a concentrar-se na liquidez internacional.

A fim de garantir o pagamento do serviço da dívida externa, o governo iugoslavo voltou sua atenção principalmente para os recursos internos buscando o financiamento apenas das importações tidas como vitais; desta

forma, já em 1979 o governo havia iniciado uma série de medidas para diminuir o consumo de produtos importados e aumentar as exportações. Ainda assim, tais medidas foram insuficientes para garantir a reversão deste processo. Somente em 1982, com a mudança do primeiro-ministro, é que foi possível uma reaproximação com o FMI, culminando em um novo empréstimo de três anos em *standby*. Entre as condições de contrapartida ao empréstimo do FMI, estavam aquelas ligadas às reformas econômicas voltadas para uma economia melhor capacitada para pagar suas dívidas, através de uma política macro-econômica anti-inflacionária, de estabilidade fiscal, austeridade, liberação de preços e de mercado além das reformas voltadas para a imposição de novas regras de comportamento econômico a fim de promover nas empresas e no governo a disciplina monetária e os preços reais.

Estas reformas também favoreceram as exportações de produtos com alto valor agregado (por interesse econômico daqueles que promoviam as reformas e porque o preço das commodities caiu bastante nos anos 1980). Os subsídios de exportação, os incentivos tributários e a permissão para importações estavam concentrados nestes produtores voltados à exportação, em detrimento dos produtores voltados ao mercado doméstico. A Eslovênia e grande parte da Croácia levaram vantagem sobre as demais repúblicas pois eram mais voltadas aos mercados externos (a Sérvia, em menor medida, também foi beneficiada). A demanda diminuiu principalmente em agricultura, mineração, metalurgia e defesa, que se concentravam na Bósnia.

As reformas liberalizantes propostas pelo FMI encontraram eco em vários liberais dentro das repúblicas e do próprio governo federal. Havia uma certa confluência para a idéia de que o crescimento econômico não poderia

ocorrer sem reformas que favorecessem as exportações para o Ocidente, o aumento da produtividade (através da importação de tecnologia ocidental) e o aumento da eficiência microeconômica. Apesar desta busca interna por mudanças, o ambiente internacional não era favorável. Centenas de milhares de trabalhadores iugoslavos na Europa ocidental (especialmente na Alemanha) eram forçados a voltar para seu país de origem em face da crise que se alastrava na Europa. Além disto, as negociações com o FMI iniciadas em 1979 mudaram radicalmente em 1982 quando, os termos e a posição de barganha do FMI alteraram-se iniciando uma nova discussão sobre a necessidade de reestruturação ou refinanciamento dos débitos. De qualquer forma, o governo iugoslavo procurava manter a credibilidade junto aos credores internacionais em face de sua dependência das importações para a produção doméstica e de sua frágil independência em relação aos dois blocos da Guerra Fria.

A autonomia econômica das repúblicas e províncias iugoslavas foi alcançada com a Constituição de 1974, isto ocorreu para evitar possíveis problemas de origem étnica. Destarte, cada centro administrava sua economia de forma a reforçar seu poder político local, desarticulando a federação. Tal situação aumentou as crises internas uma vez que, para implementar as reformas econômicas liberalizantes, a Federação deveria controlar os principais mecanismos econômicos do país. A luta política pelo controle da economia do país logo foi transformada em uma luta política mais ampla.

No entanto as críticas ao governo central continuaram em face da baixa velocidade no processo de tomada de decisões e de negociação com as repúblicas, mesmo porque prevalecia a regra do consenso. As poucas

negociações que alcançavam algum sucesso ficavam presas a estritos limites. Desta forma, o avanço econômico dependia de medidas tomadas pelo governo federal.

As críticas à regra do consenso eram combatidas por aqueles que perderiam poder econômico e privilégios caso a regra fosse abolida. As repúblicas mais ricas, de um lado, perdiam o controle sobre os fluxos de capital, trabalho e mercadorias por causa dos instrumentos de promoção de um livre mercado. Por outro lado, as repúblicas mais pobres acreditavam que, no longo prazo, tais reformas seriam benéficas em termos econômicos, mas temiam perder poder político até lá. Os produtores voltados à exportação temiam perder seus privilégios (subsídios à exportação, liberdade de reter parte das divisas estrangeiras para importação de produtos para consumo, regulamentos tarifários) com o desenvolvimento.

Nas discussões sobre reformas políticas, os radicais defendiam o *status quo* da Constituição de 1974. No entanto, quando o FMI começou a promover a reforma econômica (reforma legislativa sobre bancos, relações econômicas externas, sistema monetário) e as lutas políticas concentraram-se na diminuição do governo federal, eles se tornaram confederalistas. Os dispositivos de segurança constitucionais não mais eram eficientes já que a independência econômica exigia novas proteções políticas. Isso significava a necessidade de acabar com as funções políticas do governo federal que ainda existiam (cortes federais, polícia, forças armadas e o fundo de assistência ao desenvolvimento, que mantinha as repúblicas unidas)<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> As análises sobre os países ex-comunistas tendem a identificar a luta sobre as reformas políticas e econômicas como aquela entre os reformistas (liberais) e os conservadores (comunistas), sendo que estes seriam os responsáveis pelo uso de sentimentos nacionalistas e anti-ocidentais para manter a união. Com a descentralização já existente no caso iugoslavo,



### *As reformas políticas e a sociedade*

Se a distância nos permite dividir e classificar as pessoas entre pró e anti-reformistas, para a maioria da população iugoslava isso era um embate inexistente. Estas pessoas estavam mais preocupadas com as implicações econômicas imediatas que cada ação pudesse trazer. Além disto, como os políticos não estavam a procura de votos, os cidadãos não se viam forçados a escolher um dos lados políticos, ficando mais propensos à escolhas ligadas ao empregador, localidade, república, *status* social (fatores que influenciam acontecimentos econômicos ao influenciar relações familiares).

A posição dos governos republicanos tornou-se fundamental pois eles poderiam participar dos debates sobre a reforma constitucional. As duas repúblicas menos favoráveis ao debate eram Eslovênia e Croácia uma vez que se beneficiavam com a política de promoção de exportações.

Os economistas sérvios acreditavam que o problema econômico era estrutural (ligado à recessão global e dependência das exportações). Acreditavam na necessidade de um fortalecimento da produtividade além de uma política industrial federal para um ajuste estrutural. As lideranças políticas sérvias da época eram pró-mercado e federalistas. No tocante a reforma política, não era o enfraquecimento das instituições federais o que preocupavam os sérvios, porém as conseqüências da autonomia dada às duas províncias pela Constituição de 1974.

---

não era o governo central ou mesmo as áreas mais pobres que teriam privilégios econômicos a proteger porém sim os políticos republicanos, especialmente aqueles das regiões mais ricas e ocidentalizadas. Estes que, esperar-se-ia serem os mais liberais, eram os mais conservadores e nacionalistas, insistiram na prioridade daqueles interesses que acreditavam ser federais sobre os republicanos. Com exceção das forças armadas, este grupo era um amontoado desorganizado de liberais econômicos, federalistas.

O atores chave na luta pela reforma política foram: governos das 6 repúblicas e 2 províncias; forças armadas (Exército Popular Iugoslavo); governo federal; credores externos. No entanto, os principais atores da reforma constitucional eram as 3 repúblicas economicamente mais fortes: Croácia, Eslovênia e Sérvia (e que se achavam as fundadoras da Iugoslávia) além das forças armadas.

As forças armadas representavam a posição federalista. Seus interesses econômicos estavam voltados para a produção doméstica de produtos militares essenciais. Os cortes nos orçamentos militares reduziram o contingente para menos do que o secretário nacional de defesa achava necessário. Forçou-se uma reorganização interna para continuar funcionando com menos pessoal e recursos. Os baixos salários nas forças armadas tornavam pouco atrativa a carreira militar para oriundos das áreas ricas da Eslovênia e da Croácia. Ao mesmo tempo, os sérvios não conseguiam ocupar os espaços abertos em função das regras de proporcionalidade nacional. Os militares acreditavam que a crise econômica e a desintegração política eram resultado do enfraquecimento do governo federal e do sistema partidário.

#### *A crise e o afastamento esloveno*

O governo esloveno, preocupado com os resultados econômicos do início dos anos 1980, que apontavam para a diminuição da produtividade, procurou restaurar sua posição frente ao mercado global, modernizando suas indústrias – o que exigia um pesado investimento externo.

Durante os anos 1980, a integração eslovena na Iugoslávia caiu significativamente, ainda que sua taxa de emprego estivesse elevada a ponto

de receber mão-de-obra das outras repúblicas. No entanto, quanto  $\frac{1}{4}$  dos trabalhadores da Eslovênia passaram a ser bósnios e albaneses, as autoridades eslovenas acreditaram ter alcançado o limite, já que sentiam que isso ameaçava a identidade eslovena, além de significar mais custos (moradia, benefícios sociais e outras infra-estruturas).

A população eslovena ficava descontente com as contribuições ao orçamento federal (especialmente no tocante às forças armadas e ao fundo para o desenvolvimento das regiões mais pobres) deixando-a mais propensa às reformas de mercado, que diminuíram as atividades federais. Havia pouco interesse econômico e político para a Eslovênia em se reintegrar ao mercado iugoslavo.

Já na Sérvia, as condições econômicas deterioravam-se fortemente: o desemprego chegou perto dos 20% entre 1981-85, e em Kosovo aproximava-se de 50% neste mesmo período. Os analistas do governo iugoslavo apontavam para a eminência de um novo êxodo rural que, juntamente com o aumento do movimento social albanês em Kosovo, tendia para a promoção de *status* de república à província. Ao mesmo tempo, muitos sérvios e montenegrinos começaram a se deslocar para o território sérvio.

Durante os anos 1970, os indicadores sérvios haviam caído abaixo do padrão historicamente construído, fazendo com que as relações com as províncias se tornassem muito delicadas. As provinciais tinham autonomia econômica (investimentos e rendimentos) que haviam conseguido durante a fase de descentralização (1967-74); no entanto, como unidades econômicas, viram-se privadas dos recursos vindos de Belgrado, atingindo o funcionamento das autoridades judiciária, legislativa e econômica.

Um grande problema estrutural era o de que os governos das províncias podiam vetar qualquer política que envolvesse todo o território sérvio ao passo que o governo sérvio não tinha o mesmo poder com relação a decisões interna às províncias. Quando movimentações surgiram em Kosovo (1981) e as autoridades locais e federais impuseram estado de emergência, Kosovo tornou-se o tópico central da opinião pública e do parlamento sérvio.

No debate sobre a reforma econômica, Vojvodina foi a maior opositora ao fortalecimento da autoridade econômica federal (temia perder ainda mais o controle sobre os investimentos locais).

A facção liberal que estava no poder na Sérvia, era favorável à reintegração no mercado iugoslavo onde os produtores sérvios poderiam recuperar-se, facilitando uma política industrial mais efetiva além de fortalecer a autoridade econômica federal no sentido apontado pelo FMI, introduzindo um programa de investimentos que poderia reverter a recessão.

A Croácia era uma mistura da Eslovênia com a Sérvia. Estava dividida entre a produção que visava o mercado doméstico e a do mercado externo. As regiões pobres do interior dependiam de assistência federal e produziam *commodities*. As cidades ricas da costa conseguiam divisas com o turismo e com a construção de navios.

Os economistas iugoslavos acreditavam ser desnecessários os investimentos no interior, deveria-se investir nas cidades já industrializadas e estas seriam a mola-propulsora do desenvolvimento do resto da repúblicas. Assim como os eslovenos, os croatas criticavam o sistema tributário federal e a aplicação de recursos no sul, argumentando que esses recursos poderiam ser investidos de forma mais produtiva. Só apoiavam o fortalecimento do

mercado quando isso significava apoio às exportações, e não quando significava aumento da autoridade federal.

Ainda assim, politicamente a Croácia continuava dominada pelos conservadores (que chegaram ao poder em 1972, após a saída dos reformistas liberais). Eles eram pró-Iugoslávia mas cautelosos quanto ao pluralismo político. Apesar disto, prevalecia uma certa apatia política na república. O processo de urbanização foi muito drástico: tendo uma população rural de 73% em 1945 passou para 19,9% em 1981. Desta forma, as regiões rurais ficavam praticamente inabitadas, o que tornava a base rural da guerrilha partisan inviável.

## **5 - O fracasso das reformas e o surgimento de novos cenários**

Em 1985, a perspectiva de reformas políticas e econômicas não era boa. O superávit alcançado pelo plano de austeridade fiscal desenvolvido desde 1983 não pôde mais ser sustentado, levando à queda das exportações. Assim, o governo federal viu-se pressionado pelos industriais e pelos governos republicanos para que desenvolvesse um plano de estímulo econômico.

A desordem social favoreceu a emergência de políticos conservadores, que ganharam as eleições para a presidência federal (1984). Julgamentos políticos foram intensificados conforme os partidos tentavam evitar o aparecimento de lideranças fora do quadro partidário tradicional.

A crise econômica colocou em evidência as divisões políticas sobre a necessidade de reformas: antifederalistas (*status quo*) e federalistas (reintegração). O debate sobre as reformas econômicas deu-se em dois níveis: (1) das mudanças constitucionais no governo federal necessárias para a reforma econômica e (2) sobre o orçamento federal.

O governo federal continuava a deter o poder de negociação de ajuda externa e suas condições podendo impô-las, mais ou menos, unilateralmente. No entanto, precisava negociar as conseqüências distributivas da estabilização e da reforma econômica. Os efeitos da liberalização econômica e da contração do consumo interno (aumento de impostos e taxas) foram centrados no orçamento federal já em 1985. O déficit colocou em xeque a procurada estabilização monetária bem como os limites impostos pelo FMI para empresários.

As repúblicas intensificaram suas críticas ao orçamento federal (especialmente para o que era direcionado às forças armadas). Depois de alguns conflitos, o governo federal aceitou financiar seus gastos com impostos federais, projeto que só passou a funcionar no final de 1986.

Os governos esloveno e croata opuseram-se aos gastos com defesa e desenvolvimento do sul, opondo-se também ao crescimento das competências federais. Acreditavam que a produtividade estava declinando pois a política de redistribuição diminuía os incentivos para as empresas e trabalhadores e que as exportações cresceriam mais rapidamente se as próprias empresas pudessem decidir sobre os investimentos. Ao mesmo tempo que as repúblicas mais pobres eram desfavoráveis a esse tipo de comportamento, permaneciam sem ação pois aproveitavam-se do enfraquecimento do governo federal para ficarem mais autônomas.

Os governos croata e esloveno também defendiam a idéia de que eles eram os verdadeiros proprietários daquilo que produziam em seus territórios, o que significava poder escolher o destino daquilo que ganhavam. Com a ausência de democracia, as lutas no nível federal sobre os gastos públicos e a reforma política não puderam ser resolvidos pelo voto popular, ou seja, pelos canais políticos não-violentos de resolução de conflitos.

A estabilidade política dependia da manutenção da ordem social porque existiam poucos procedimentos estabelecidos para canalizar o ativismo social. A principal forma de representação social estava ligada à repressão ou à acordos regionais, colocando em destaque a habilidade que os políticos tinham em ameaçar ou mobilizar o apoio popular local, transformando-se numa grande moeda de troca nos relacionamentos inter-

republicano e federal. Conforme o debate sobre a reforma econômica e das instituições federais tornavam-se público, oferecia a oportunidade de ação para aqueles que formatavam a percepção pública, através de uma linguagem (símbolos) para influenciar os políticos e para estes influenciarem o povo (o papel dos jornalistas e dos líderes políticos tornou-se crítico).

Em face do agravamento e ampliação qualitativa destes conflitos, surgiu em março de 1981, a primeira crise política pós-Tito. Era uma série de reivindicações albanesas – através de protestos violentos – em prol da autonomia de Kosovo. Isso causou medo entre os sérvios, que temiam a possibilidade de uma futura anexação da província à Albânia, de forma que manifestações do nacionalismo albanês foi reprimido pelo governo central. (Ferreira: 1995). Os sérvios reagiram à invasão da Alemanha, Itália, Bulgária e Hungria na II Guerra Mundial, criando um forte sentimento de resistência e nacionalismo. O xenofobismo criado por tal situação criou problemas como a identificação dos albaneses ou de qualquer grupo que se apresentasse de forma majoritária com estrangeiros (Ignatief 1993: 60).

Em 1983 surgiu um novo plano econômico através do qual pretendia-se a união do sistema econômico; no entanto, ele chocou-se com os interesses das elites locais. Já em meados de 1986, diante do agravo da situação econômica da federação, protestos começaram a ser frequentes, sendo dirigidos contra a Federação. Neste momento, o nacionalismo tornou-se um importante instrumento de oposição ao governo.



### *Do econômico para o político*

Foi neste cenário que Milosevic radicalizou seu discurso, chegando à presidência da Sérvia e procurando o fortalecimento desta república em detrimento das demais. Seguindo esta linha de raciocínio, poderemos perceber que, em alguma medida, “a Iugoslávia desapareceu num processo de efeito dominó. A política de linha-dura praticada em Kosovo, cuja autonomia havia sido abolida, e a orientação imposta por Milosevic levaram as outras repúblicas ao radicalismo (...). O conflito que nasceu como guerra civil tornou-se um problema para a segurança internacional” (Ferreira: 1996-97).

O momento crucial da dissolução da República Federal da Iugoslávia pode ser simbolicamente datado em 16 de setembro de 1985. "Neste dia, altos representantes das elites nacionais e culturais da Sérvia e da Eslovênia, também conhecidos como os ideólogos mais influentes dos movimentos nacionalistas anticomunistas nestas duas repúblicas iugoslavas, mantiveram um encontro secreto num restaurante de Ljubljana" (Niksic 1996: 32); no encontro eles mostravam seu descontentamento para com o comunismo<sup>23</sup>.

Os programas nacionais reapareceram na Iugoslávia no começo dos anos 1980, com especial destaque para o *Memorandum* sérvio (que pregava a união de todos os sérvios num mesmo Estado) e do *Prilogi* esloveno. A esses exemplos, seguiu-se uma seqüência de trabalhos em nível individual e que propunham coisas semelhantes. Entre estes trabalhos, destacam-se *Bespuca povijesne zbiljnosti* (Encruzilhada de Realidades Históricas) de Franjo Tudjman<sup>24</sup>, *Islamska deklaracija* (Declaração Islâmica) de Alija Izetbegovic<sup>25</sup> e

---

<sup>23</sup> Para melhor compreender a importância deste encontro, ver a seção "O papel dos intelectuais".

<sup>24</sup> Ex-presidente da Croácia e antigo general (depois dissidente) do Exército Popular Iugoslavo.

*Bosanski duh u književnosti* (O espírito bósnio na literatura) de Mohammed Filipovic<sup>26</sup>.

O relacionamento entre o governo comunista (federal) e os governos locais (republicanos) passou a ser conflituoso não só no tocante às atribuições políticas de cada um, mas também nos princípios ideológicos e de estrutura política. Em face das crises que disto seguiram, o líder regional do partido comunista Slobodan Milosevic aproveitou a oportunidade e aprofundou a questão de Kosovo (1987) a fim de consolidar seu poder sobre a organização do partido na Sérvia. Adotou uma linha dura, baseando-se numa versão populista do nacionalismo sérvio (Gagnon 1991).

Em maio de 1988 dois jornalistas descobriram planos do Exército Popular Iugoslavo para prender 200 oficiais, jornalistas e intelectuais eslovenos. Isso chocou a opinião pública da parte noroeste da federação (que era a mais homogênea). No começo de 1989 vários partidos independentes foram criados e ocorreu uma votação interna sobre a possibilidade de independência da Eslovênia. As pressões sérvias sobre a Eslovênia aumentaram, culminando na declaração sérvia de boicote aos produtos eslovenos.

O constante aumento das liberdades das repúblicas e das províncias no período Tito reforçava os direitos sociais e culturais das etnias na Iugoslávia, o que geraria problemas quando confrontada com uma nova situação político-social (Moraes 1999). Com um cenário político cada vez mais tenso, as relações entre as repúblicas ganhou mais destaque do que as posições adotadas pelo governo federal, que passou a ser mais um

---

<sup>25</sup> Ativista muçulmano bósnio e ex-presidente da Bósnia-Herzegovina.

<sup>26</sup> Proeminente intelectual comunista da Bósnia-Herzegovina.

contraponto da retórica política do que propriamente um ator fundamental. A delegação eslovena, acuada pela tendência de aprofundamento das tensões, saiu do Congresso Federal, levando as delegações croata e bósnia a declararem que não continuariam a participar sem a presença eslovena, uma vez que sofreriam um enorme pressão por parte da delegação sérvia.

## 6 - O cenário internacional e o enfraquecimento do governo federal

Em 1985, os países da Europa ocidental iniciaram uma nova rodada de integração econômica (Comunidade Européia), determinando a unificação financeira completa para 1992, que seria seguida pelo aprofundamento das instituições políticas.

A despeito do fortalecimento das barreiras entre o Ocidente e o Oriente, negociações entre o Pacto de Varsóvia e a Organização do Atlântico Norte (OTAN) sobre armas estratégicas e convencionais, além de acordos sobre a redução do poderio militar ocorreram. Ainda que este período tenha colhido bons resultados globais (hoje identificados com o início do fim da Guerra Fria), deixou alguns problemas sérios: nos 2º e 3º Mundos o crescimento econômico da década de 1970 foi impulsionado pelos empréstimos externos de seus governos; tais empréstimos serviram para (1) importação de tecnologia de ponta a fim de melhorar a capacidade de competitividade internacional e (2) criar o espaço de tempo necessário para que a indústria nacional se ajustasse aos altos preços do petróleo e de outras *commodities*. No caso iugoslavo, soma-se a esse segundo ponto a tentativa de correção das distorções de uma série de barreiras externas não-tarifárias aos produtos iugoslavos<sup>27</sup>.

A demanda pelos produtos iugoslavos, fundamental para o serviço da dívida e da manutenção das reservas internacionais, caiu significativamente por causa da diminuição do preço destes produtos no mercado internacional, além da alta concentração de exportações de produtos primários em comparação com a importação de produtos manufaturados. Assim, os

---

<sup>27</sup> Principalmente aço, têxtil, tabaco e carne bovina.

fabricantes que eram dependentes dos produtores ocidentais para importação de maquinário viram-se cada vez mais incapazes de comprá-los, diminuindo a possibilidade de competição no mercado internacional e colocando a ameaça de falência como algo concreto.

Esta mudança da importância/preço das *commodities* significou um declínio das vendas e, portanto, dos impostos arrecadados naquelas áreas que as produziam – podemos citar especialmente a Sérvia, Kosovo, Bósnia-Herzegovina, Macedônia e a parte interior pobre da Croácia. Desta forma, o governo viu-se forçado a transferir parte de seus investimentos para aquelas áreas que exigiam uma presença estatal mais intensa, diminuindo o investimento em áreas sociais. Parte da população, vivendo em um período de degradação econômica e social procurava nas ações governamentais a explicação para as falências e queda no bem-estar social geral.

A posição iugoslava no ambiente internacional e sua ligação com a produção doméstica implicou numa profunda reestruturação e custos domésticos elevados diante da reorientação para o mercado ocidental. Estas transformações também eram perigosas devido à recessão econômica e continham uma dose de perigo interno ao envolver transformações na base de segurança nacional iugoslava (redução dos gastos militares) bem como poderia causar problemas com outros países do Terceiro Mundo (especialmente com os fornecedores de energia).

Os economistas acreditavam que o problema era político uma vez que os sucessivos governos não conseguiam resolver o déficit comercial por causa do excesso de regulamentação estatal, interferências nas decisões sobre investimentos, estrutura tributária que protegia os produtores nacionais.

Desta forma, acreditava-se na necessidade de preponderância do tema político sobre o econômico, culminando na criação de uma comissão da Liga Comunista da Iugoslávia para discutir o sistema político (que resultou em propostas de emenda à Constituição de 1974). Com isso, todo o sistema constitucional da federação ficava exposto à crítica e ao revisionismo, isto no mesmo momento em que os choques político-econômicos deixam explícitas as fraquezas do governo federal.

O programa iugoslavo de longo prazo, baseado na estabilização macroeconômica e na reforma econômica que visava uma orientação do sistema produtivo para a exportação (após 1982) promoveu uma luta política interna. Desta forma, o processo político de negociação, legislação e implementação deste programa de reforma econômica e estabilização macroeconômica dominou a década de 1980; além de fazer com que política adotada pelo governo federal, ao afetar o bem-estar de grande parte da população, se chocasse com os interesses das repúblicas (especialmente no tocante à tributação e controle de investimentos estrangeiros). No final da década, a integração econômica não colheu bons frutos, levando à quebra dos elementos de ordem doméstica, desintegração política e aumento do nacionalismo.

#### *As reformas estruturais e suas conseqüências sociais*

A necessidade de realizar reformas econômicas estruturais a fim de promover a retomada do crescimento iugoslavo resultou em profundos cortes em áreas de infra-estrutura e serviços públicos. Os subsídios aos produtos alimentícios, por exemplo, foram drasticamente cortados em 1982, levando a

um aumento de 30% nos seus preços no prazo de um ano; o mesmo ocorreu com o transporte e os combustíveis. As importações passaram a ser rigorosamente controladas, de forma que somente aqueles produtos tidos como fundamentais para o desenvolvimento do país era permitida a importação. Com isso, esperava-se não deteriorar ainda mais o nível das reservas internacionais.

A adoção da conversibilidade flutuante do dinar (moeda local), fez com que ele se desvalorizasse 90% entre 1979 e 1985. Isso dificultou ainda mais as importações, o que era efetivamente um dos objetivos do governo. No entanto, para conseguir manter-se em funcionamento, as empresas passaram a reter todas as divisas internacionais a que tinham acesso. Diante desta quadro, o governo viu-se forçado a aumentar a taxa de juros; esta medida implicou, no dia-a-dia econômico, uma certa discriminação dos consumidores que pagavam em dólares ou marcos alemães e daqueles que apenas dispunham do dinar. Esse processo de discriminação foi aprofundado com a total paralisação dos investimentos sociais e em infra-estrutura.

A persistência da crise econômica fez com que o número de desempregados aumentasse. As pequenas empresas que apresentavam-se como a esperança do governo de conseguirem absorver essa nova massa de desempregados não conseguiam ter acesso aos créditos necessários para a modernização ou ampliação de sua capacidade produtiva. Os que mais sofreram com esta crise foram os trabalhadores com baixa ou nenhuma qualificação, especialmente localizados nas áreas urbanas; neste grupo, destacavam-se principalmente as mulheres e os jovens. Neste período a inflação era da ordem de 50% ao ano (até 1984, quando disparou), dificultado

o acesso aos já poucos produtos disponíveis, resultando numa drástica redução dos rendimentos familiares médios, que atingiram o patamar de 20 anos antes.

A fim de procurar mecanismos de diminuição da crise, o governo federal permitiu que as repúblicas emitissem títulos públicos ao mesmo tempo em que reconhecia a profunda depressão pela qual passava a Iugoslávia<sup>28</sup>.

Com um cenário de aumento constante da inflação, diminuição dos ganhos individuais e familiares e aumento do desemprego, a população sentia-se cada vez mais insegura. Essa insegurança levou à fragmentação das articulações sociais, culminando na total erosão da unidade que era forjada desde os anos 1950 nos grupos intermediários da população.

Faz-se importante destacar que esses grupos intermediários eram formados por trabalhadores industriais qualificados, agricultores médios, funcionários públicos e comerciantes. Esse perfil populacional é aquele que está em melhores condições de promover as bases de um centro político mais moderado, seja porque congrega uma multiplicidade ideológica maior (urbano-rural), seja porque tem maior capacidade de absorção de tensões e impactos políticos (público-privado). Com essa tendência fragmentadora, as dimensões econômica e social foram polarizadas, diminuindo a possibilidade de consolidação desta ala mais moderada.

As condições da economia iugoslava fizeram com que ela ficasse cada vez mais isolada da economia mundial. Além de todas as conseqüências produtivas que disto advém, esta lógica começou a promover outros conflitos

---

<sup>28</sup> Em 1983: queda de 1,3% do PIB; utilização da capacidade industrial abaixo de 70%. Já nos finais de 1984 os ganhos médios eram aproximadamente 79% do mínimo estabelecido pelo governo para uma família de 4 pessoas e as pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza subiram de 17% para 25% da população.



sociais: existia uma minoria que, a despeito da crise, conseguiu manter os padrões de bem-estar, e que, portanto, sentia-se ameaçada pela perspectiva do isolacionismo. Isso enfraqueceu ainda mais a possibilidade de fundação de um debate político não-extremado.

*Soluções para a crise: a importância das relações clientelistas*

A situação econômica não apresentava sinais de melhora, de forma que as greves começaram a aumentar acentuadamente. Para se ter uma idéia, em relação a 1982/83 houve um aumento de 80% na quantidade de greves, envolvendo mais de 365 mil trabalhadores em 1570 greves. Essas movimentações culminaram em protestos de massas em Vojvodina, Sérvia e Croácia em 1988. A despeito deste crescimento das manifestações, acreditava-se na necessidade de mantê-los restritos ao nível regional.

Para resolver seus problemas, as pessoas começaram a aprofundar o mecanismo clientelista de relações sociais, utilizando-se das relações pessoais e extra-oficiais para conseguirem preservar o rendimento médio. Esse mecanismo surgiu como um dos principais elementos de estruturação social, prejudicando ainda mais a busca por reformas profundas da estrutura econômica, voltada para a criação de uma economia de mercado.

As reformas econômicas, politicamente determinadas, passaram a contemplar uma lógica localista, baseada na divisão dos serviços públicos de acordo com aglomerações sócio-geográficas. Num segundo momento, a continuidade desta lógica fez com que a política também fosse dominada por grupos fechados e com limites de atuação claramente colocados, de forma

que o debate ficava cada vez mais radical. Destarte, muitos dos antigos estereótipos sociais passaram a ocupar novamente o imaginário social.

Em algumas comunidades mais pobres – nas quais os subsídios federais eram fundamentais – quando alcançou-se uma pequena baixa no nível de desemprego, a forma como ficou estruturada a política forçou um debate em torno da distribuição proporcional entre as etnias dos benefícios federais, colocando a questão étnica num patamar de fundamental importância para a qualidade do bem-estar das pessoas. No mesmo sentido, os movimentos religiosos sofreram um grande crescimento em face da crise econômica, expondo diferenças e "incompatibilidades" que antes não tinham muita importância política.

Os jovens que, como foi apontado, formavam um dos grupos mais afetados pelo desemprego, desempenharam um papel importante na radicalização do cenário político uma vez que não se ocupavam da educação formal (pois estavam descrentes quanto ao sucesso que isso poderia trazer-lhes) e facilmente tendiam para movimentos radicais, que pudessem dar um alento à sua descrença com relação ao futuro.

Esses sinais de anomia social que surgiam em todos os grupos sociais iugoslavos, foram reforçados por políticas monetárias restritivas, que necessitavam de uma alteração da autoridade política sobre estas questões. A possibilidade de fazer políticas fiscais deveria ser retomada pelo Banco Central iugoslavo a fim de melhor aplicar e controlar tais políticas; no entanto, esse poder fora distribuído entre os governos republicanos cinco anos antes, o que lhes atribuiu um alto grau de autonomia no tocante às relações econômicas exteriores. Em face da recentralização monetária, os governos

republicanos viram-se tolhidos deste que era um importante mecanismo de controle político interno.

### *Da crise política ao confronto violento - Kosovo*

Em 1987, Slobodan Milosevic tornou-se presidente da Sérvia. Logo após a sua posse, fez uma visita a Kosovo, oportunidade quando pronunciou um discurso com bases nacionalistas, destacando a importância da presença sérvia nesta região.

Para melhor entendermos a questão de Kosovo, é preciso lembrarmos que durante o período de prosperidade iugoslava, milhares de albaneses saíram da Albânia em direção à Iugoslávia a fim de procurar melhores condições de vida, além de fugirem do comunismo ortodoxo do ditador Enver Hoxha. Com a morte de Tito, a tensão latente entre os sérvios e os albaneses aumentou abruptamente. Entre 1981 e 1983 podemos identificar os primeiros conflitos étnicos graves na Iugoslávia. Em 1982, surgiu na Suíça o Movimento Popular de Kosovo, que englobava marxistas-leninistas albaneses e que procuravam lutar pela independência da região.

As tensões na região aumentaram a ponto de uma greve de mineiros do extremo-norte da província de Kosovo<sup>29</sup> logo abandonar sua demanda original – melhores condições de trabalho – transformando-se num protesto político de grande porte, exigindo reformas constitucionais além de mais autonomia para a província. O governo federal prendeu as lideranças sindicais, acusando-os de cumplicidade com os grevistas; isto levou a população albanesa às ruas de Prístina, causando novos confrontos. A

---

<sup>29</sup> A greve que envolveu 1300 operários começou em fevereiro de 1989 na cidade de Trepça, localizada num dos mais importantes centros mineiros da Sérvia.

população estava dividida entre aqueles favoráveis à uma ação mais incisiva do governo federal, no sentido de acabar com os confrontos e os que queriam reformas políticas mais profundas. Esse debate logo foi incorporado pela Assembléia Federal, na discussão sobre a emenda constitucional que retiraria de Kosovo o *status* de província autônoma. Em junho de 1990 as duas províncias iugoslavas perdiam a autonomia política constitucionalmente asseguradas.

A situação tornou-se ainda mais grave em face das posições adotadas pelos partidos kossovares de oposição aos sérvios, que pediam a expulsão em massa dos sérvios da província desde meados dos anos 1980.

"O que assusta a classe política sérvia é que em uma geração, as minorias étnicas, combinadas, serão maiores que os sérvios; em duas gerações, só os albaneses serão maiores. Três províncias do sul sérvio já têm uma maioria albanesa. Num sistema no qual a legitimidade é baseada no nacionalismo extremo, a economia e as forças armadas dificilmente serão preservadas sendo uma minoria populacional"<sup>30</sup> (Malcom 1996: 135).

---

<sup>30</sup> "What petrifies the Serb political class is that within a generation ethnic minorities combined will outnumber the Serbs; within two generations the Albanians alone will outnumber them. Three provinces of southern Serbia already have an Albanian majority. In a system where legitimacy is based on extreme nationalism, harsh rule of the Albanians and the current Serb dominance over politics, the economy, and the military will be very hard to maintain as a minority population"

## **7 - Da crise à guerra**

### *Os entraves da estrutura política*

Na Iugoslávia pós-Tito, os meios do uso legítimo da violência estavam tão amplamente distribuídos para garantir a segurança de cada um (inclusive das minorias) que abriu-se o espaço para uma espécie de estado de natureza hobbesiano. “A acomodação inter-étnica dependia da existência de um Estado multi-étnico. Quando este desintegrou-se, a sociedade decompôs-se rapidamente em seus elementos nacionais originais” (Ignatieff 1993: 06).

O processo de descentralização econômica que foi levado à cabo neste momento enfraqueceu o governo federal e levou ao aumento da polarização entre as repúblicas uma vez que não existiam mecanismos ou clima para consultas políticas entre os governos federal e os republicanos, ou mesmo entre estes. Conforme desenvolvia-se, o sistema ficava mais voltado para o mercado que para as instituições que promoviam a integração entre os membros da Federação.

Mesmo em face de um cenário que tendia ao aumento do isolamento entre as repúblicas, a Eslovênia buscava aumentar a sua soberania, evitando possíveis futuras interferências do governo federal; com isso, passou a negar a autoridade federal em algumas áreas. Ainda assim, as repúblicas procuravam preservar a estrutura federal, levando-as a colocarem-se numa posição intermediária entre os interesses dos cidadãos e os da Federação. Foi desta forma que os sinais de anomia social, que desde 1985 apresentavam-se como graves problemas a serem enfrentados, passaram a ser tratados como elementos diretamente ligados a cada uma das repúblicas.

Esse processo incompleto de descentralização, pautado na necessidade de um novo comportamento político e das reformas econômicas, permitiu que a partir de 1987 novas organizações civis surgissem, levando à uma maior articulação das sociedades nas repúblicas. A sociedade civil, ao alcançar um estágio maior de organização pôde pressionar os governos republicano e federal para alcançar alguns de seus objetivos. Para este estudo, uma das mais importantes demandas era a da instauração de um sistema efetivamente multipartidário. Esse movimento foi especialmente forte na Croácia que aproveitou-se da mídia para acabar com o silêncio político forçado de quinze anos.

Ainda que o governo federal tenha implementado uma série de programas de desenvolvimento regional, que procuravam atravessar as fronteiras republicanas, a grande maioria dos intelectuais e políticos procuravam formas de aumentar e estabilizar o poder e a soberania republicana.

A estrutura política iugoslava abria espaço para um questionar constante do governo federal. Milosevic procurava romper com o velho sistema de Tito, levando-o a adotar medidas populistas e apelando para os sentimentos étnicos e éticos (desejo por “justiça”). Em 1988 surgiu o Comitê de Proteção dos Sérvios e Montenegreiros Kossovares, que o auxiliava em seu projeto de desestabilização do antigo sistema (Ramet 1992).

No verão de 1989, os governantes da Eslovênia e da Croácia estavam convencidos de que Milosevic representava uma ameaça à estabilidade de todo o país. No início do outono a Eslovênia começou a adotar uma série de medidas para proteger-se: direito de sucessão unilateral, direito exclusivo de

decretar o Estado de Emergência, autorização para a presença, movimentação e formação de unidades militares dentro de suas fronteiras (Ramet 1992: 84).

Conforme cresciam as tensões entre a Eslovênia e a Sérvia, o governo sérvio (através da Aliança Socialista Sérvia dos Trabalhadores) estimulou rompimentos de ordem econômica com os empresários e governo esloveno. Nos demais campos o relacionamento entre as duas repúblicas começou a atrofiar-se.

A Liga dos Partidos Comunistas realizou no Parlamento Federal uma grande reforma política, que envolvia 130 emendas aos 406 artigos já existentes na Constituição. Entre estas reformas, estava a reabertura das negociações da Federação – através do primeiro-ministro Branko Mikulic – com o FMI. O resultado desta renegociação foi a imposição de medidas econômicas ainda mais drásticas do que as aqueles que estavam em vigor, levando ao rompimento com a coalizão entre as repúblicas.

Os anos do governo Tito (1943~1980), deram à Iugoslávia o pluralismo regional e alguma liberdade econômica, contudo não ofereceu o pluralismo político, permitindo que as diferenças fossem debatidas no cotidiano das pessoas. Os três princípios do governo Tito (auto-governo através dos conselhos de trabalhadores; unidade através do partido único; e não-alinhamento internacional) começaram a perder eficácia depois de sua morte. No início isso permitiu uma certa democratização do país ao abrir espaço para a participação de outros grupos. Contudo esse processo também levou à polarização étnica (Ramet 1992: 82).

As origens desta polarização encontram-se na manifestações albanesas de 1981, quando culpavam o governo de Belgrado pelo fracasso em melhorar suas condições de vida. As manifestações viraram-se contra os sérvios, causando uma resposta sérvia aos albaneses. Isso culminou com um Memorando da Academia de Ciências e Artes (1986) dizendo que os sérvios estavam sendo oprimidos pelo governo comunista iugoslavo.

"O nacionalismo começou a retornar antes da ex-Iugoslávia desintegrar-se. Em Kosovo, a população albanesa organizou manifestações públicas em 1981, pedindo por mais autonomia (e até mesmo por secessão) da Sérvia (e da Iugoslávia). Estes acontecimentos contribuíram para o reaparecimento do nacionalismo na ex-Iugoslávia, particularmente na Sérvia"<sup>31</sup> (Dallago 1998: 80). Os movimentos nacionalistas sérvio e croata podem ser entendidos como um monopólio, as eleições de 1990 foram vencidas pelos representantes dos respectivos partidos nacionalistas (que na práticas podem ser entendidos como únicos).

---

<sup>31</sup> "Nationalism began re-emerging well before former Yugoslavia, disintegrated. In Kosovo the Albanian population organized mass demonstrations in 1981, asking for greater autonomy (even secession) from Serbia (and Yugoslavia). These riots greatly contributed to the resurgence of nationalism in former Yugoslavia, particularly in Serbia".



## 8 - O estourar do conflito

Conforme evoluem as revoluções, os moderados tendem a ser suplantados pelos radicais. “Na Bósnia, no seio do Partido Muçulmano de Ação Democrática (SDA), a facção nacionalista mais extremada, liderada por Alija Izetbegovic, passou a ter mais influência do que a facção mais tolerante, de orientação multicultural, liderada por Haris Silajdzic” (Huntington 1997: 339).

Em maio de 1987, a presidência federal aceitou a emenda constitucional do Parlamento Federal, assim, o Estado iugoslavo transformou-se num "estatismo policêntrico". Isso, ao contrário do que se esperava, levou à desintegração econômica e ao aumento das manifestações de cunho nacionalista.

Alguns meses depois, diante da proposta de novas reformas constitucionais, as repúblicas começaram movimentos radicais contrários ao governo federal; para evitar conseqüências mais graves, o governo abriu a possibilidade para um debate parlamentar, que nunca ocorreu pois o próprio governo federal interferiu para cancelá-lo, com o argumento de que já estava tudo resolvido. Na Eslovênia aconteceram as mais drásticas respostas à impossibilidade de realização deste debate. Assim, o governo esloveno passou a adotar uma posição contrária à manutenção de Federação, recusando-se a negociar novas soluções para a Federação ou sobre as formas de relacionamento entre as repúblicas.

Em 1987, podemos identificar dois eventos sintomáticos no que diz respeito à tensão no relacionamento político no interior da Federação iugoslava: (1) na Eslovênia, para proteger a ameaçada soberania republicana

e seus interesses, foi adotada uma política de oposição ao governo federal e à todas as instituições federais que interferissem nos direitos republicanos; e (2) Slobodan Milosevic assumiu a presidência da Sérvia, iniciando uma ofensiva nacionalista de promoção dos sérvios de Kosovo, substituindo o Partido Liberal que havia na província.

As posições adotadas em ambos os casos, agradavam aos intelectuais nacionalistas e corroboravam com algumas demandas populares. Um dos principais objetivos que podemos identificar nestes movimentos é a tentativa de aumento do poder político, a fim de melhorar a qualidade da barganha com o governo federal no processo de reformas constitucionais e políticas que ocorriam na Federação. Neste contexto de crescimento das tensões e de crise do Estado federal, o discurso dos interesses nacionais servia para nortear o debate público mais amplo.

Ainda que não possamos identificar a posição eslovena de contrapor-se ao governo federal como a causa do desmembramento da Federação, ela tem um papel importante ao ser o estopim do conflito armado. Com seu questionamento do poder federal, colocou-se contrária ao projeto sérvio – representado pelo presidente Milosevic – de promover a reunificação iugoslava.

A forma reunificada que Milosevic procurava era diferente daquela existente durante o governo Tito, pois pretendia subordinar as demais repúblicas ao interesse sérvio, mesmo porque seu poder estava baseado no discurso nacionalista.

Com o governo federal enfraquecido e o aprofundamento do discurso nacionalista sérvio, o governo esloveno passou a defender a idéia da

independência da república. Faz-se necessário destacar que desde 1985 a relação entre a Eslovênia e a Europa Ocidental estava melhorando; momento em que foram criados quatro bancos na república, o que facilitou ainda mais os caminhos para uma futura independência.

As reformas constitucionais de 1988 criaram um novo contexto político, o que exigiu mudanças por parte dos governos esloveno e sérvio que defendiam desde 1986 o aprofundamento do princípio da auto-administração. Tais mudanças chocaram-se com uma posição nacionalista cada vez mais exacerbada por parte dos intelectuais e jovens.

O caso sérvio era um pouco mais delicado neste processo de construção de uma identidade nacionalista contraposta ao governo federal pois nas demais repúblicas já havia tanto o sentimento anti-federal quanto o anti-sérvio.

Em meados de 1989, foi proclamada uma aliança entre a Croácia e a Eslovênia e tinha como ponto chave a luta pelos direitos humanos em Kosovo. Após a concretização dessa aliança, cresceu o sentimento de nacionalismo na Croácia; lá 12,2% da população era de origem sérvia, sendo que um terço dessa população vivia nas regiões mais pobres, que sofria com o processo de desindustrialização. Neste momento, tinha-se a idéia de que havia uma luta pela democracia, levando à uma demanda por reforma da constituição republicana, à exemplo do que ocorria na Eslovênia. No preâmbulo da nova constituição, podemos encontrar uma redefinição da importância da soberania republicana bem como do povo croata, o que colocou os sérvios moradores na Croácia em uma posição inferior.

Em novembro de 1989, a Eslovênia começou o processo de desintegração da federação iugoslava, declarando seu direito de auto-determinação e especificando que a legislação federal não seria mais válida em seu território. O partido federal respondeu que antes deveria consultar as outras repúblicas quanto à questão da legislação. A fim de encontrar uma solução para o impasse criado, foi proposta pela Eslovênia a idéia de que a Iugoslávia poderia ser uma confederação com Estados soberanos.

Ao invés de defender-se contra a proposta da Eslovênia, o então primeiro-ministro Markovic - num clima de terapia contra o choque econômico - ignorou a prática constitucional criada pelo partido federal e ignorou também todo o consenso que havia nas repúblicas diante da proposta. Apresentou sua própria proposta de uma integração funcional na política monetária e fiscal incluindo impostos federais diretos e uma agencia federal para privatizações. Encaminhou esta idéia diretamente para o parlamento.

No final de 1989, as mudanças externas causavam grande impacto nas repúblicas, principalmente na Croácia. Foi quando as lideranças não conseguiram suportar mais as pressões por partes dos intelectuais e organizaram eleições com múltiplos partidos. Era necessário que o programa de integração global tomasse posições mais rápidas para conter a hiperinflação da moeda. Para isso o governo federal adotou um programa de estabilidade econômica.

Em resposta à soberania constitucional da Eslovênia, a Servia boicotou todos os produtos procedentes daquela república, utilizando como pano de fundo o apoio a uma organização de trabalhadores sérvios. A Eslovênia então deixou de mandar para a Sérvia fundos de apoio a regiões em

desenvolvimento, passando a remeter estas verbas diretamente para Kosovo.

Neste momento, o governo federal guardava a si alguns poucos poderes, entre eles o de ser o responsável pelas relações internacionais, o que significava o controle sobre a entrada de fundos financeiros externos.

O presidente sérvio, durante as campanhas eleitorais e dominando grande parte dos meios de comunicação, opôs-se à reforma econômica proposta pelo governo federal uma vez que sabia que isto fatalmente acarretaria o fechamento de uma série de empresas estatais ineficientes, agravando ainda mais o problema do desemprego. Assim, colocava a culpa da calamidade social e da crise econômica no governo federal.

Esse posicionamento afastou ainda mais as repúblicas do norte daquelas do sul, uma vez que estas defendiam a manutenção de um sistema econômico estatista enquanto aquelas uma economia de mercado.

A organização federal comunista desintegrou-se e os governos não-comunistas dominaram quatro das seis repúblicas. Nenhuma das repúblicas pagava o que devia ao governo federal, que passou a mero coadjuvante na formulação do futuro do país (Gagnon 1991).

Ao mesmo tempo, eleições locais transformaram o cenário iugoslavo. No final de 1990, Eslovênia, Croácia e Bósnia estavam sob governos não-comunistas. Somente a Sérvia e a Macedônia encontravam-se sob controle dos comunistas, contrariando a posição de Milosevic que pedia por uma forte recentralização do poder. (Ramet 1992).

Em maio de 1990 ocorreram eleições na Eslovênia e na Croácia, momento em que os comunistas perderam o poder nestas repúblicas e o

governo passou para partidos de centro-direita com fortes apelos nacionalistas. Na Croácia, o general Franjo Tudjman defendia abertamente a independência croata, bem como a anexação de territórios bósnios, com o intuito de diminuir a tendência à hegemonia da Grande Sérvia (Gagnon 1991).

A vitória de partidos nacionalistas na Eslovênia e na Croácia abriu espaço para que Milosevic aprofundasse ainda mais sua retórica nacionalista, colocando em questão até mesmo as eleições republicanas. Neste contexto de desconfiança e crítica mútua, passou a defender a independência sérvia, desde que algumas fronteiras fossem alteradas para que todos os sérvios pudessem viver no mesmo país.

Passadas as eleições<sup>32</sup>, conforme a situação econômica não apresentava melhoras, Milosevic passou a defender o interesse sérvio em termos de proteção contra as ameaças externas, colocando que a Sérvia estava cercada de inimigos. Seus ataques foram dirigidos aos líderes das demais repúblicas, e reiteradas vezes dizia que a dissolução da Federação necessariamente implicaria no redesenho das fronteiras. Desta forma, encorajou sérvios na Croácia a declararem autônoma sua região e então pedirem independência da Croácia.

Conforme as posições sérvias tornavam-se combativas, as demais repúblicas viram-se forçadas a também adotarem posições semelhantes. Em fevereiro de 1990, o presidente bósnio Alija Izetbegovic declarou a soberania da república, dizendo não permanecer na Federação sem a presença da Eslovênia e da Croácia.

---

<sup>32</sup> Milosevic recebeu 65% dos votos, contra 16% do concorrente Draskovic. Além disto, seu partido ganhou 194 das 248 cadeiras no Parlamento.

### *As independências*

A guerra foi parte de um processo que começou com a reforma econômica e o conflito constitucional, transformando-se numa política nacionalista com foco no território. Não obstante o processo, em si mesmo, houve a tendência de escalar rapidamente de pequenos eventos e confrontos que provocaram uma reação em cadeia como resposta nas condições prevaletentes de extrema insegurança e retórica nacionalista.

"No dia 25 de Junho de 1991 os responsáveis políticos da Eslovénia ordenaram às suas forças armadas – forças especiais da polícia – que assumissem o controlo das fronteiras internacionais da Jugoslávia com a Áustria e a Itália coincidentes com as fronteiras da Eslovénia, que retirassem a bandeira da Jugoslávia e colocassem nesses postos fronteiriços o nome do novo Estado" (Niksic 1996: 39).

Com a saída da Eslovénia da Federação Iugoslava, a Croácia viu-se ainda mais isolada, ficando mais vulnerável às pressões dos sérvios e da Sérvia. Com a iminência da independência croata, a Bósnia-Herzegovina viu-se forçada a também assumir uma posição, ameaçando ainda mais a existência da Federação Iugoslava.

Os políticos que adotaram a linguagem extremista para fins políticos procuraram consolidar o poder local nas repúblicas através do controle da mídia. As eleições democráticas proveram oportunidades oferecendo a políticos nacionalistas acessos a recursos do Estado num sistema que ainda estava constitucionalmente na forma de um partido socialista. Quando reformistas pro-Markovic tentaram tomar controle das mídias nas repúblicas, houve uma posição contrária na Croácia e na Eslovénia.

Diante dos conflitos no interior da Federação, a Iugoslávia passou a sofrer um embargo econômico internacional. Ele também privou a Croácia de obter suporte estrangeiro a fim de adquirir equipamentos de transmissão importados para competir com Milosevic no controle doméstico da mídia. Com a Sérvia isolada, ficou fácil para Milosevic controlar todas as informações dadas aos sérvios sobre as guerras na Croácia e na Bósnia e sobre a opinião pública internacional.

O problema na Bósnia é que, em todas as repúblicas que clamam por independência, os nacionalistas se munem de um discurso totalmente étnico, cultural e nacional para convencer a população e o resto do mundo. Mas, a Bósnia era constituída de uma população totalmente misturada étnica, cultural e nacionalmente num tempo em que esses fatores deveriam ser definidos de qualquer forma na Iugoslávia.

O primeiro-ministro Markovic esperava que as eleições ocorressem antes na federação e depois nas repúblicas. Porém, a Eslovênia insistiu – com sucesso – que as eleições republicanas acontecessem antes e vetou qualquer expressão de preferência federal. Assim, as primeiras eleições democráticas na Iugoslávia seriam não a abertura de escolhas e sim o fechamento dela.

As eleições multipartidárias na Iugoslávia seriam também o começo de um processo de desintegração política numa década de crise econômica e conflito constitucional.

Na Croácia após as eleições, logradouros foram mudados para nomes importantes daquele Estado e o alfabeto, juntamente com a bandeira foram alterados. A polícia interna começou a instalar bases em localidades de minoria sérvia que se organizavam em resistências; o que inevitavelmente



gerou conflito. Em 26 de julho, o partido democrata sérvio, emitiu um *referendum* declarando que os sérvios na Croácia teriam o direito de decidir se viveriam na Croácia ou na Sérvia, no entanto, o governo croata declarou o referendum ilegal.

De alguma forma a campanha política de 1990 girou em torno de símbolos e personalidades, o que foi um recurso de intelectuais que estavam no meio da transição. Os próprios eleitores não tinham tempo para se organizarem e se identificarem com cada partido. O que faziam com que os políticos apelassem para interesses particulares de um programa específico no governo. Eles próprios também tinham pouco tempo para definir um plano de governo.

Quando se fala de competição de símbolos, e personalidades, numa época de transição política, o nacionalismo tem uma vantagem particular. Uma simples mensagem pode tomar escalas muito profundas emocionalmente. Apelos nacionalistas são meios que os próprios políticos marginalizados de algum partido utilizam para atingirem suas plataformas.

O grande problema das eleições estava na liderança de Eslovênia e da Croácia. Começavam a formar-se alianças políticas que atravessavam fronteiras e a pressão para que os eleitores fossem filiados a um único partido. Markovic criou assim a Aliança da força reformista que abrangia todo o país a fim de colocar candidatos que concorreriam às eleições federais no final do ano. Porém as federações descentralizadas e partidos políticos locais não são compatíveis em democracias funcionais, como no caso do sistema partidário estadunidense.

### O agravar das tensões

Simultaneamente na Sérvia, a assembléia pediu um novo *referendum* para resolver os conflitos entre o governo e a oposição no que diz respeito às eleições multipartidárias; se elas seguiriam ou precederiam a adoção de uma nova constituição republicana. O governo ganhou com 96,8% a opção de deter as eleições. Mas o resultado foi o desenvolvimento de um conflito com os albaneses de Kosovo que, como resposta, procuravam dificultar o objetivo de tirar a autonomia de Kosovo antes das eleições democráticas. Em 2 de junho a delegação da Albânia na assembléia de Kosovo declarou soberania política para a província, que seria transformada em uma unidade independente com *status* de uma república no sistema federal.

O governo sérvio, em contrapartida, dissolveu em 5 de julho a assembléia kossovar, além de retirar os albaneses de postos do governo e da mídia. No final de setembro, aprovou um ato constitucional que revogou o *status* de província, passando para localidade municipal.

Enquanto as eleições democráticas fortaleciam as repúblicas (menos Montenegro), políticos que apelavam para eleitores nacionalistas tinham intenções variadas de uma república para outra. Em cada caso haviam dois patamares de demandas constitucionais: república e nação. Uma coisa era consenso entre todos eles: autodeterminação nacional das repúblicas em relação ao governo federal e direito político de se constituir nações. Mas nenhum partido clamando por um Estado independente tinha maioria representativa; todos formaram coalizões governamentais.

Estabilidade eleitoral e democracia multipartidária são ocasiões para os indivíduos expressarem seus interesses econômicos, identidades sociais e

lealdade partidária numa escolha para candidatos individuais e partidos. De fato a reforma política de Markovic (1989) começou a levantar questões sobre os interesses econômicos e sociais das pessoas, no que foram primeiramente definidos em relação aos seus lugares: fazendeiros e comunidades de trabalhadores, até *status* social e classes que eram definidos segundo o emprego de cada um.

A revisão das constituições republicanas em 1989, mesmo antes da promulgação em 1990, redefiniu o significado da identidade nacional acompanhado com os direitos políticos, transformando pessoas que não eram a maioria numa república em *status* de minorias.

A política da reforma econômica já tinha objetivos muito claros para as indústrias locais e para o nível de emprego. Markovic acreditava que a reforma econômica salvaria o país; assim, ao invés de dar prioridade aos acordos políticos, utilizava a via econômica para atingir uma certa base social. Após as eleições democráticas os governos da Eslovênia e da Croácia propuseram imediatamente uma confederação com Estados independentes e soberanos. Cada Estado teria seu próprio exército e relações diplomáticas. Essas relações econômicas entre os Estados seriam limitadas apenas àqueles que se submetessem às condições da Comunidade Européia.

Alguns liberais entenderam a confederação como uma proposta que iria acabar com os impasses políticos. Não deram o valor que cada Estado tinha ao ter o direito de auto determinação e suas implicações na constituição federal. Em primeiro lugar havia a preocupação em manter a Federação unida de qualquer forma.

Uma outra consequência das eleições está na questão étnica-cultural. Com as eleições, os estereótipos étnicos e o ódio foram manipulados pelos candidatos para se garantir uma vitória.

Eslovênia e Croácia criaram assim as Forças de Defesa do Território (FDT). Em outubro de 1990, o Exército Popular Iugoslavo foi enviado para tomar controle das FDT, tendo com isso a posse de todos os equipamentos militares.

### *O início dos conflitos violentos*

O início do conflito propriamente dito deu-se na Croácia, quando o governo desta república passou a privar os sérvios de ocuparem cargos na política e na administração local. Nas áreas de fronteira, a tentativa dos sérvios em obterem autonomia encontrou resistência da Croácia e gerou rapidamente conflito armado.

O período violento em 1990 teve seu início também porque a autoridade constitucional sobre as forças armadas e a segurança nacional, estava dependendo do governo central, das eleições e da nova constituição. Este poder não estava claramente dominado por um dos atores envolvidos. A partir de janeiro de 1991 o presidente da Iugoslávia pediu para que todas as forças das repúblicas fossem desarmadas. Croácia e Eslovênia recusaram a proposta alegando que seus direitos de forças próprias eram legais. O presidente, em contrapartida, iniciou uma série de debates sobre o futuro da nação na economia, política e questão de fronteiras a fim de formar uma opinião pública sobre o assunto.

### *A independência bósnia*

A independência Bósnia significava uma grande fratura na economia sérvia, uma vez que, como aponta-nos Richard Holbrooke, "a economia da Bósnia e da Sérvia não podem ser desagregadas de acordo com as fronteiras étnicas (A Croácia, por causa de sua costa e sua localização, tem mais opções, porém também precisa de uma parte da estrutura econômica regional"<sup>33</sup> (Holbrooke 1997: p 171).

### *Mudanças no status de direitos*

A mistura de direitos que definiam a autodeterminação nacional na constituição iugoslava foi feita para evitar associações unilaterais focalizadas no território. Com a quebra do Estado baseada no direito de autodeterminação, ações políticas não se preocuparam em transformar direitos num sistema socialista para direitos associados com a propriedade privada, livres empreendimentos, direitos civis e regimes políticos competitivos; mas sim na soberania nacional.

Esse foco na condição de Estado e território, porém, não teve limite nacional – nenhum ponto em que poderia se estabilizar já que todas as condições humanas atravessavam fronteiras – identidades nacionais, simpatias e obrigações morais, constituições político partidárias, atividades produtivas e legítimas reivindicações por território.

A primeira dificuldade era em identificar uma nação; na Sérvia e na Croácia, por exemplo, não existam fronteiras bem definidas ou iam além das suas fronteiras políticas.

---

<sup>33</sup> "the economy of Bosnia and Serbia cannot be disaggregated (sic) along ethnic lines. (Croatia, because of its coast and location, has more options, but it also needs to be part of a regional economic structure)".

O desenvolvimento político mais significativo na ex-Iugoslávia foi a igualdade entre direitos individuais e nacionais, processo que ocorreu simultaneamente na Eslovênia e na Sérvia durante os anos 1980.

A tentativa de criar Estados nacionais só fez com que novas reivindicações surgissem. Quando a quebra da Iugoslávia relegou ao *status* de minoria o povo que anteriormente tinha direitos iguais, eles responderam, onde eles poderiam dominar um determinado território, procurando criar seu próprio Estado ao invés de perder seus direitos básicos e de sofrer discriminação.

## 9 - O contexto internacional

### *Causas da guerra na visão internacionalista*

O sistema internacional sofreu profundas mudanças desde o fim da Guerra Fria, de forma a alterar algumas expectativas dos atores, bem como algumas das forças profundas que formam o sistema internacional (Cf. Cox 1986) e que portanto agem fortemente sobre as ações dos Estados e dos demais atores das relações internacionais. Importante notar que, em se tratando de um processo, muitas de suas características começaram a surgir ainda durante o período analisado por este estudo, qual seja, o da década de 1980. Portanto, devemos considerá-los enquanto analisamos o conflito, mesmo que não em sua total potencialidade.

Antecipando-se aos fatos, o professor Braz de Araujo (1999: 17) já apontava algumas das novas tendências das relações internacionais; segundo ele "se acompanhamos a política mundial desses últimos dez anos fica fácil ilustrar a importância desse novo quadro de referência normativo: Kadafi da Líbia teve que entregar dois terroristas para serem julgados, sob pena de exclusão da comunidade internacional; Saddam Hussein não pode brincar de dominar parte expressiva das reservas mundiais de petróleo pela força e subestimar interesses estratégicos dos norte-americanos; Pinochet não viajaria ao exterior se tivesse levado a sério esse novo referencial; *Milosevic, se os sérvios o deixarem sobreviver, será julgado na Europa*" (grifos nossos).

Samuel Huntington, com seu artigo e, depois, livro *O Choque das Civilizações* (1997), apresenta uma explicação dos motivos que levaram ao desmembramento de Federação Iugoslava no começo dos anos 1990. Em seu estudo, não são contempladas muitas das questões já abordadas aqui e

que são fundamentais para que expliquemos o desmembramento; ainda assim, suas idéias ajudam-nos a identificar elementos sistêmicos das relações internacionais que nos auxiliarão a melhor compreender este conflito. Usaremos as observações por ele anotadas para nos aproximarmos da questão.

A tese central de Huntington é a de que "a política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais" (*op cit.:* 21). Essas lutas podem sofrer uma escalada pois podem atrair o apoio de outros Estados ou grupos da mesma civilização. Os conflitos mais perigosos e que, portanto, atraem a atenção da sociedade internacional ocorrem nas linhas de fratura entre as civilizações. É a cultura que une e divide. "Os povos separados pela ideologia, mas unidos pela cultura se juntam (...). As sociedades unidas pela ideologia ou por circunstâncias históricas, porém divididas pela civilização, ou se partem (...) ou ficam sujeitas a fortes tensões" (idem 28).

Durante a Guerra Fria a Iugoslávia, ao contrário de suas vizinhas que eram assumidamente comunistas ou capitalistas, era não-alinhada. Ainda dentro deste quadro teórico, esses alinhamentos estão cedendo o lugar para alinhamentos civilizacionais (no caso, baseados no islamismo e na ortodoxia). Desta forma, os Bálcãs estão divididos segundo linhas religiosas, o que poderia explicar os conflitos. Perguntas como "quem somos?", "qual o nosso lugar?" e "quem não é como nós?" são fundamentais para os povos que estão tentando forjar novos Estados-nações, como na ex-Iugoslávia.

Foi com o colapso do comunismo que a cultura pôde substituir a ideologia como elemento de agregação ou repulsão. Desta forma, tanto na ex-URSS quanto na Federação Iugoslava, a organização sócio-política foi



desmembrada e rearticulada segundo as linhas civilizacionais. O caso iugoslavo é especialmente delicado uma vez que, segundo Huntington, ela encontra-se justamente numa linha de fratura civilizacional.

A visão puramente internacionalista-civilizacional, ao descartar da análise muitos elementos internos dos Estados, empresta voz a teses de difícil comprovação ou com poucos dados empíricos comprobatórios. Assim, encontramos em Huntington uma das teses centrais para os estudiosos do conflito iugoslavo e que apresenta pouca utilidade tanto no entendimento da dinâmica do conflito quanto em possíveis soluções.

Segundo ele “a violência intermitente de linha de fratura entre grupos civilizacionais diferentes ocorreu no passado e continuou existindo nas lembranças atuais do passado, o que, por sua vez, gerou temores e inseguranças em ambos os lados (...). Um legado histórico de conflitos existe para ser explorado e utilizado por aqueles que encontram razões para isso” (idem 329).

#### *Cenário internacional e condições internas*

Como procuramos mostrar neste estudo, algumas das tendências externas são potencializadas por fatores internos, entre eles, podemos destacar:

- (1) **mudanças na balança demográfica:** geram pressões políticas, econômicas e sociais de um grupo sobre os demais. O fator demográfico foi importante na Iugoslávia, especialmente em Kosovo (1961 = 67% muçulmanos; 1991 = 90% muçulmanos). Em 1981 os albaneses começaram uma série de protestos reivindicando o *status* de

república, reprimindo os sérvios de tal forma que o nacionalismo sérvio foi exacerbado. Em 1987, Milosevic pedia aos sérvios que recuperassem sua terra e história. O nacionalismo sérvio foi acentuado pelas mudanças demográficas na Bósnia (1961 = 43% sérvios, 26% muçulmanos; 1991 = 31% sérvios, 44% muçulmanos).

(2) **Política interna:** sérvios e croatas viveram pacificamente em vários momentos de sua história, até que os ustashis atacaram os sérvios na II Guerra Mundial. Quando os impérios Áustro-húngaro, Otomano e Russo colapsaram, ao final da I Guerra Mundial, surgiram alguns conflitos entre os atores pelo controle das estruturas políticas restantes.

Com o fim do império soviético, desapareceu a ameaça iminente de uma invasão à Iugoslávia, retirando os fundamentos para a coexistência pacífica *forçada* e a integridade estatal original. Desta forma, poderíamos esperar diferentes análises sobre os possíveis encaminhamentos do conflito, de acordo com a base teórica adotada pelo pensador.

### *Comunidade Européia/União Européia*

Para a Europa – especialmente aquela de Maastricht – a guerra da ex-Iugoslávia apresentou-se como um delicado ponto que, segundo jornalista iugoslavo Niksic (1996), ajudou a pautar a discussão européia sobre segurança no pós-Guerra Fria, no momento em que se discutia a adoção da Política Externa e de Segurança Comum (PESC). A idéia de que a "hora da Europa"<sup>34</sup> havia chegado passou a fazer parte do mundo diplomático daquele

---

<sup>34</sup> Essa idéia foi primeiramente expressa pelo ministro do estrangeiro de Luxemburgo.

momento, de forma que procurava-se estimular uma intervenção baseada nas relações UE-EUA e não sob os auspícios da OTAN.

O professor do Instituto de Sociologia da Technische Universitaet (Berlim) Heinz-Jürgen Axt (*in* Özdogan 1995: 229), por outro lado, defende que a questão iugoslava não teve tal importância, uma vez que os membros da então Comunidade Européia estavam mais preocupados com as negociações desta do que propriamente com questões externas. Assim, coloca que "quando o Conselho de Ministros da Comunidade Européia decidiu, de alguma forma, reconhecer os Estados na Europa Oriental e União Soviética em 16 de dezembro de 1991, os ministros estavam obviamente muito envolvidos com a discussão final do tratados da União Européia e as divergências internas entre os membros da CE eram muito grandes para discutir a crise iugoslava em detalhes"<sup>35</sup>.

Segundo Simon Petermann (*in* Özdogan 1995), do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégicas (Bruxelas), a Alemanha e a Itália defendiam o reconhecimento das independências em função de suas ligações geográficas e culturais com as repúblicas iugoslavas ao passo que a França e a Grã-Bretanha opunham-se em face de suas tradições centralistas, acreditando que tais independências poderiam colocar em xeque a construção da União Européia.

Nos primeiros anos do conflito, a posição assumida pelos governos dos principais países envolvidos – Alemanha, França e Grã-Bretanha – estavam

---

<sup>35</sup> When the European Community Council of Ministers decided on some criteria for recognition of states in Eastern Europe and the Soviet Union on December 16, 1991 the ministers were obviously too much engaged with the final discussion on the treaty of European Union, and the internal divergences between EC members states were too big to discuss the Yugoslav crisis in detail.

mais ligadas a seus tradicionais interesses nacionais do que propriamente à busca de uma política comum.

Inicialmente, as instituições europeias, bem como os Estados europeus, davam suporte aos esforços de manutenção de uma Iugoslávia unida, no entanto essa tendência foi rompida em julho de 1991 quando o chanceler alemão, Kohl, anunciou que o direito de auto-determinação dos povos exigia o reconhecimento das repúblicas. Em suas palavras "nós conseguimos nossa unidade através do direito de auto-determinação. Se nós alemães pensamos que tudo o mais na Europa pode ficar como está, se nós seguimos a política do *status quo* e não reconhecemos o direito de auto-determinação da Eslovênia e da Croácia, então não temos credibilidade moral ou política. Nós devemos começar o movimento na Comunidade Europeia que leve ao reconhecimento"<sup>36</sup> (*in Guardian*, 02 de julho de 1991).

Durante um encontro dos Ministros do Estrangeiro da Comunidade Europeia, em Haia, a Alemanha encontrava-se isolada em sua busca por reconhecimento das independências iugoslavas. A pressão alemã era delicada na medida em que não poderia simplesmente reconhecer a independência das repúblicas sem o apoio dos demais membros da Comunidade Europeia, uma vez que não disponibilizava dos meios militares necessários à garantia das independências caso essas não fossem respeitadas por terceiros.

O caso iugoslavo abriu um certo celeuma nas relações europeias, dividindo as opiniões e ações. A tensão maior deu-se entre a Alemanha e a

---

<sup>36</sup> We won our unity through the right of self-determination. If we Germans think everything else in Europe can stay just as it was, if we follow a status quo policy and do not recognize the right of self-determination in Slovenia and Croatia, then we have no moral or political credibility. We should start a movement in the EC to lead to such recognition.

França, duas importantes protagonistas deste conflito. Segundo o ex-ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Hans Dietrich Genscher, a Alemanha optou pelo reconhecimento das independências eslovena e croata a fim de internacionalizar o conflito, isso permitiria combater o avanço das forças sérvias na Croácia. No entanto, David Gompert (*apud* Niksic 1996: 228) aponta outras causas que teriam levado à intervenção europeia na ex-Iugoslávia. Assim, "pressões da extrema-direita e da diáspora croata levam os líderes alemães a pressionar os seus colegas da CE a reconhecer a Eslovênia e Croácia, contra a opinião dos Estados Unidos, das Nações Unidas e, de fato, da maioria dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze. Ao fazê-lo, Bonn acelerou a secessão bósnia e uma guerra da qual a Alemanha, devidos às suas contenções constitucionais e históricas, poderia permanecer distanciada, enquanto os seus parceiros enfrentavam riscos e sacrifícios".

Já Feron (1999) acredita que uma ação conjunta somente seria possível se não trouxesse à tona as antigas clivagens históricas entre os dois pilares da UE – Alemanha e França. A questão complica-se em face dos laços históricos que ambos mantêm com a ex-Iugoslávia. De um lado a França com os sérvios e a ex-Iugoslávia, de outra a Alemanha com os croatas.

### *Grã-Bretanha*

O governo britânico opôs-se ao envio das tropas europeias alegando que a PESC ainda não havia sido definida nos âmbitos de negociação de Maastricht. Some-se a isso, segundo White (*in* Özdoğan 1995), da Staffordshire University, os estrategistas britânicos acreditavam que uma intervenção militar efetiva necessitava de uma grande quantidade de soldados

(aproximadamente 100 mil era a quantidade mais defendida). Desta forma, corroborava com a idéia do general estadunidense, Colin Powell, de que a intervenção deveria ser *all or nothing* ("tudo ou nada").

No entanto, assim como outros Estados, a Grã-Bretanha aproveitava o fim da Guerra Fria para racionalizar seus gastos militares, buscando a paz compartilhada<sup>37</sup>. Some-se a isto, a tradicional posição de reguladora das relações transatlânticas estava em questão diante das rápidas transformações do sistema internacional, de forma que o debate em torno dos mecanismos institucionais adequados à ação militar ainda estavam aceso. Estas foram duas importantes razões para a Grã-Bretanha optar pela ação diplomática no caso iugoslavo.

### *Alemanha*

A Alemanha desempenhou um papel especial na guerra da ex-Iugoslávia, sendo um dos países que mais influenciou o desmembramento da Federação. A sociedade alemã estava partida desde a queda do Muro de Berlim, por um lado havia a idéia – que depois mostrou-se preponderante – defendida pelo chanceler Helmut Kohl de uma Alemanha mais integrada, enquanto de outro, bem menor em tamanho e expressão, encontrávamos os nacionalistas preocupados com uma excessiva ocidentalização da Alemanha<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Os cortes com gastos em defesa eram significativos no começo da década de 1990, quando as forças armadas britânicas saíram de 156 mil membros para 116 mil, ou seja, uma queda de mais de 25%.

<sup>38</sup> A ação mais famosa deste grupo foi o manifesto *Gegen das Vergessen* ("Contra o esquecimento"), que negava que o dia 8 de maio de 1945 fosse um dia de libertação uma vez que expulsou milhares de alemães para a instauração do regime comunista no Leste.

Diante da reunificação, o governo alemão começou a alargar sua área de influência naquelas áreas nas quais havia uma forte tradição germânica, o que inclui a Eslovênia e a Croácia. Axt (*in* Özdogan 1995), defende a idéia de que o reconhecimento alemão das independências eslovena e croata foi resultado das ligações históricas que a Alemanha mantém com estes Estados, ligações estas que ultrapassam o período nazista. Ainda segundo Axt, essas ligações históricas foram reforçadas por questões religiosas, sustentando que as críticas à proposta de manutenção de uma Iugoslávia unida veio principalmente do CSU, um partido regionalmente limitado à Bavária e com um perfil fortemente católico.

Outra explicação apontada para o reconhecimento das independências é a questão da migração. A opinião pública alemã mostrava-se descontente com os constantes movimentos migratórios que acarretavam em fricções e tensões sociais e, diante da perspectiva de aumento destes movimentos, acreditava-se que as tensões poderiam resultar em problemas mais sérios. Assim, o reconhecimento também fazia parte de uma tentativa de brejar possíveis novos movimentos migratórios. No entanto, esse argumento parece não ter uma participação decisiva na decisão alemã se levarmos em conta os pronunciamentos do chanceler Kohl ou do ministro alemão Genscher.

A posição geo-estratégica e o poder econômico alemão são fundamentais para a manutenção de uma determinada ordem não só na própria Europa como também nas ex-economias comunistas, o que inclui a Rússia. Assim, a Alemanha passa a desempenhar um papel fundamental na configuração da nova estrutura de poder europeu bem como na qualidade da estabilidade política da região. Dentro deste quadro, destaca-se o esforço

alemão pelo fortalecimento de uma posição cooperativa e convergente com aquele apresentado pelas demais potências, segundo o ministro de Negócios Estrangeiros alemão, Klaus Kinkel, a política externa alemã tem como objetivos "a integração europeia e a associação transatlântica" ("El futuro del transatlantismo" *in* El País, 23 de julho de 1996).

Ainda assim, como nos aponta Feron (1999: 103), a opinião pública e a imprensa estavam mais favoráveis à secessão da Eslovênia e da Croácia<sup>39</sup> do que o próprio governo alemão.

Além da busca por uma Europa unida e forte e do estreitamento dos laços com os Estados Unidos e com a Rússia, a Alemanha tem o potencial necessário para comportar-se como uma potência no âmbito internacional. Todavia, para isso ela precisa encontrar um equilíbrio entre a obsessão de potência que caracterizou o país até 1945 e a rejeição de potência que prevalece desde então.

A participação alemã na guerra da ex-Iugoslávia deve ser entendida dentro deste cenário. Assim sendo, sua ação foi cautelosa militarmente (suas tropas estavam mais voltadas à logística, além de que ficavam estacionadas na Croácia) ao mesmo tempo que agressiva diplomaticamente (foi o primeiro país a reconhecer as independências eslovena e croata). Neste momento também estava em jogo o acesso à uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que dependeria também de sua ação incisiva nas operações de manutenção da paz.

---

<sup>39</sup> Essa defesa estava primordialmente baseada na idéia de que os povos devem ter o direito de dispor sobre si mesmos; esse argumento ganha ainda mais legitimidade quando lembramos que a Alemanha estava completando seu processo de reunificação, em alguma medida, sob a mesma linha argumentativa.



A Alemanha ficou dividida no que toca à legitimação das intervenções que deveriam ser realizadas. A esquerda alemã (com os sociais-democratas e mesmo os Verdes), sensibilizada pelo passado recente, justificavam a busca pela manutenção da paz, impedindo qualquer genocídio. Os defensores do *status quo* alemão, como o ex-chefe de estado-maior (e presidente da comissão militar da OTAN), general Klauss Naumann, defendiam a idéia de que caberia à Alemanha ajudar os aliados a conseguirem suas matérias-primas, desenvolver o comércio além de defender-se contra o terrorismo.

### *França*

Desde o reconhecimento das independências sérvia e croata a França é favorável à uma intervenção na região, no entanto essa intervenção deveria seguir a linha de manutenção da paz, evitando-se qualquer envolvimento militar mais aprofundado. Com isso, a participação francesa no início do conflito resumiu-se à ações pontuais e um baixo envolvimento. A partir de 1992, sua participação é marcada por pequenos confrontos contra os sérvios bósnios.

Esta situação somente alterou-se após os ataques sérvios, em agosto de 1993, às forças francesas e britânicas de manutenção da paz da ONU. A partir deste momento, o governo francês procurou desenvolver uma ação mais incisiva, inclusive militarmente.

### *EUA*

A guerra começou durante o governo republicano de Bush, que tendia a entendê-la como uma "crise local", e que, portanto, deveria ser resolvida pelos europeus. Assim, o governo estadunidense procurava evitar um

envolvimento mais direto, afirmando o princípio da "unidade da federação". Segundo Niksic (1996), isso deveu-se à tendência dos governantes estadunidenses em subestimar a ameaça que o ultra-nacionalismo apresentava para a nova ordem mundial.

Paul-Marie de la Gorce, por outro lado, acredita que a recusa do governo estadunidense em participar da guerra devia-se à um outro cenário, segundo o que "neste primeiro trimestre de 1991, embora se estivesse apenas saindo da Guerra do Golfo, o Departamento de Estado preocupava-se em evitar a eclosão de outras crises que envolvessem os Estados Unidos e, sobretudo, queria impedir que a desagregação da Iugoslávia acelerasse a da União Soviética. Era também conveniente defender a posição do presidente Mikhail Gorbachev, com quem se pretendia concluir as negociações sobre o desarmamento convencional na Europa e a redução dos armamentos nucleares estratégicos" (*apud* Feron 1999: 102).

A posição inicial dos Estados Unidos (estamos no ano de 1991) era dúbia: defendiam a preservação da unidade da Federação ao mesmo tempo em que colocavam-se contrários ao uso da força para deter qualquer tentativa de independência; apoiavam a auto-determinação dos eslovenos e dos croatas mas condenavam as declarações de independência se não estivessem pautadas em negociações internas.

As mudanças no cenário internacional fizeram com que os Estados Unidos tivessem outras preocupações mais urgentes e que prejudicaram uma análise mais cuidadosa do caso iugoslavo. Três questões pareciam concentrar as atenções do governo estadunidense: a reunificação alemã, o desmembramento da União Soviética e a Guerra do Golfo.

O general Colin Powell, então chefe do estado-maior, evitava envolver-se numa guerra impopular e cuja estratégia de ação ainda não estava bem delimitada. No campo político, o governo era aconselhado a não participar ativamente de operações militares incertas, uma vez que 1992 era um ano eleitoral.

Neste momento, o espectro político estadunidense estava dividido entre os internacionalistas e os nacionalistas. Enquanto os primeiros defendiam um programa baseado no multilateralismo, na democracia e na segurança coletiva, os nacionalistas/isolacionistas defendiam uma utilização mais restrita do poderio estadunidense, procurando o restabelecimento dos poderes militar e econômico internos. Durante o governo Bush prevaleceu a concepção nacionalista, mas com o governo Clinton a política passou a ser dominada pela concepção multilateralista, ainda que cautelosa.

As mudanças diplomáticas dos EUA variaram de acordo com a evolução de questões políticas internas durante o governo de Bill Clinton. Estas estavam mais diretamente ligadas à questões político-partidárias do que propriamente à opinião pública; assim sendo, enquanto apenas aproximadamente 10% da opinião pública estadunidense apresentava-se interessada com o que ocorria na ex-Iugoslávia, a questão abria espaço para um forte debate entre Republicanos e Democratas, sendo que aqueles acusavam o governo democrata de estar exercendo uma política externa fraca.

Os planos de paz realizados entre 1992 e 1994<sup>40</sup> estavam voltados para a formação de repúblicas e foram colocados sob os auspícios da UE e da

---

<sup>40</sup> Os planos de paz são: Cutileiro em 1992; Vance-Owen em 1992; e Vance-Stoltenberg em 1994.

ONU uma vez que nos Estados Unidos prevalecia uma posição moralista, a qual recusava-se a admitir a partilha étnica da Iugoslávia, procurando manter a Bósnia um Estado unitário e multi-étnico.

David Owen, antigo mediador da União Européia, diante dos fracassos dos planos de paz e da nova iniciativa (Acordo de Dayton) criticou a forma de atuação da diplomacia estadunidense. Em uma entrevista ao jornal madrileno *El Dia* disse que "respeito muito os Estados Unidos, mas a diplomacia deste país durante os dois últimos anos é culpada por ter prolongado de forma desnecessária a guerra na Bósnia. Não me parece justo que a Europa deva sofrer o opróbrio geral pelo seu papel [...] Se Washington tivesse apoiado o plano de paz Vance-Owen de Fevereiro de 1993, ter-se-iam evitado muitas mortes" (*apud* Niksic 1996: 188).

A atuação estadunidense passa a ser mais direta diante do Acordo de Dayton (1995) principalmente em função de dois pontos: (1) acirramento do combate pré-eleitoral entre Bill Clinton e Bob Dole, ou seja, entre as concepções republicana e democrata de atuação internacional; e (2) a sobrevivência da OTAN na política européia pós-Muro de Berlim bem como a possibilidade de expansão da Aliança rumo ao leste da Europa estava em xeque, nas palavras do Secretário da Defesa estadunidense, William Perry, "o que está em causa é a coerência da NATO, o futuro da NATO e o papel dos Estados Unidos enquanto líder da NATO" (*apud* Niksic 1996: 144). Neste ponto, destaca-se que o fracasso da atuação da OTAN poderia significar o enfraquecimento da liderança dos Estados Unidos. A intervenção direta e consistente dos Estados Unidos só ocorreu após o esgotamento das tentativas européias.

Um ponto delicado na formatação da política externa estadunidense foi a busca de não colocar em risco seus soldados uma vez que as perdas humanas ainda apresentam-se como uma questão sensível para a opinião pública estadunidense.

Segundo Niksic e Rodrigues (1996) a base da posição estadunidense pode ser encontrada no artigo "*Making peace with the Guilty*" (Foreign Affairs, V. 75 N. 5, 1995), do general de quatro estrelas da Força Aérea dos Estados Unidos, Charles Boyd. Nele, o general faz seu depoimento depois de ter acompanhado o que ocorria na ex-Iugoslávia, chegando à conclusão de que se tratava de um conflito "entre o bem e o mal".

De acordo com o editorialista do jornal austríaco *Wirrschaffs Woche*, Hans Rauscher, entre as razões que levaram os Estados Unidos a atuarem consistentemente na ex-Iugoslávia estão: (1) salvar a OTAN da desmoralização e descrença; (2) combater qualquer investida islâmica (que iria do Oriente Próximo ao Sul-europeu, passando pela Turquia); e (3) evitar a possibilidade de surgimento de uma nova Guerra Fria na qual o poder russo estaria baseado em sua capacidade de intimidação e chantagem política e militar.

Essa posição tende a sobre-valorizar o potencial russo e geopolítico do conflito, no entanto, existe alguma base de sustentação na medida em que formou-se um vácuo de poder na ex-Iugoslávia, uma região historicamente instável. Foi neste vácuo que a OTAN, liderada pelos Estados Unidos, encontrou espaço para afirmar e expandir sua área de influência. Se levarmos em conta que a região balcânica era vista como uma região naturalmente de influência russa, os resultados que lá fosse encontrados, bem como o

desenvolvimento das relações daria ao mundo uma amostra de como seriam as novas correlações de força no Velho Continente.

### *Rússia*

Diante do colapso da União Soviética, a Rússia passou a pautar sua política com relação à ex-Iugoslávia em três pilares: (1) tentativa de exploração das ligações históricas; (2) mostrar ao mundo que a Rússia podia assumir um novo posicionamento no cenário mundial; e (3) necessidade de projeção do poder russo a fim de ganhar suporte político interno além de reconquistar parte da influência na Europa. A evolução das relações entre a Rússia e a Sérvia, observam esses três pilares.

Segundo Goble (*in* Ullman 1996), a Rússia não tinha uma política bem estabelecida no que diz respeito à ex-Iugoslávia; isso ocorria em face das rápidas e profundas mudanças que ocorriam na própria Rússia e que não deixavam muito espaço para que os diplomatas russos se ocupassem com outras questões. Assim, em geral a política russa era dar eco às propostas ocidentais (liberando tempo e energias para trabalhar com as questões internas e colocando a Rússia como uma possível parceira para os países ocidentais).

Esta situação só mudou a partir de 1992, quando as elites russas, num cenário interno mais estável, acreditava que uma ação russa mais efetiva na ex-Iugoslávia poderia resultar em situações interessantes. Desta forma, começaram a criticar o governo, exigindo uma ação com mais perfil.

## OTAN

A importância para a OTAN do conflito na ex-Iugoslávia pode ser sinteticamente descrito – como apontou o secretário-geral da aliança militar, Javier Solana – nos seguintes termos "na Bósnia, não só terminávamos com uma guerra nos Balcãs, mas lançávamos as fundações para a estrutura de paz durável ao longo da agora não dividida, e democrática, Europa".

Desta forma, a intervenção na ex-Iugoslávia serviu como uma afirmação do papel da OTAN no contexto da segurança do mundo pós-Guerra Fria. Não só a forma de atuação (papel dos Estados Unidos na Aliança) mas também os projetos de expansão da Aliança – tendência ao baixo confronto com a Rússia – foram afirmados durante a intervenção.

## ONU/UNPROFOR

A Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), entrou em cena na Bósnia, em 1992, formada por um pequeno grupo militar cujo objetivo era observar a evolução do conflito. Em junho deste ano, quando o aeroporto de Sarajevo passou a ser controlado pela UNPROFOR, o contingente foi aumentado, ainda assim as limitações de autoridade para o uso da força foram preservadas. Essa ação de segurança e ajuda humanitária era uma atividade nova para os *peace-keepers*, já que sua tradicional tarefa era colocar-se entre duas forças em conflito.

O poderio militar da UNPROFOR era reduzido quantitativa e qualitativamente, o que resultou em dois grandes seqüestros, por parte dos sérvios-bósnios, de centenas de seus membros de uma só vez – um no final de 1994 e outro entre maio e junho de 1995. A proteção militar viria do poderio

aéreo da OTAN, que deveria ser requisitado sempre que necessário. No entanto, esse reforço não apresentou resultados significativos até 1995, quando ocorreu uma série massiva de ataques.

Mesmo diante destes fracassos, a ONU desempenhou um papel muito importante no processo de paz, contatando refugiados, oferecendo ajuda humanitária e reconstruindo a sociedade.

### *Anotações sobre o sistema internacional*

Daniel Vernet, escrevia antes do início dos conflitos que "o conflito na Iugoslávia pode trazer conseqüências em cadeia para todos os países vizinhos, na Grécia, Albânia, Bulgária, Romênia e Hungria por causa da mescla das populações; para a Áustria, na direção de quem se voltam os eslovenos e os croatas, e até para a Itália, que tem ter de enfrentar um fluxo de refugiados" (*in Le Monde* 24 de maio de 1991). Este foi um dos motivos que levou as potências ocidentais a se ocuparem, em maior ou menor grau, do conflito iugoslavo.

Segundo Niksic, uma intervenção mais consistente e homogênea por parte dos países ocidentais foi impossibilitada devido "a manutenção das divergências entre as principais potências ocidentais, o sistemático boicote de Washington às iniciativas diplomáticas europeias e da ONU, a 'crise de liderança' que se instalou face a uma guerra de 'nova geração', onde coincidiam diversos e complexos fatores" (1996: 206).

No caso da ex-Iugoslávia, ficou relativamente clara a distância entre as ações dos governos e os valores defendidos no ceio das sociedades. "A ausência de interesses vitais para as grandes potências significa que elas não



se envolverão militarmente em guerra, mas a pressão dos meios de comunicação e da opinião pública agiu como uma campanha moral, lembrando o mundo que as convenções internacionais e a lei moral estavam sendo violadas, demandando que as potências tomassem uma ação militar concreta"<sup>41</sup> (Woodward 1995: 273).

De acordo com Zaki Laïdi ("Après les guerres, la mêlée généralisée" *in* Le Monde Diplomatique janeiro de 1996), a ordem internacional do pós-Guerra Fria apresenta três grandes lógicas e é através da tensão entre elas que surgirão os conflitos mundiais:

- 1- dinâmica dos Estados;
- 2- integração econômica e financeira; e
- 3- interpenetração cultural entre as sociedades.

Esse novo sistema internacional coloca em xeque alguns dos pressupostos básicos das relações internacionais uma vez que não são mais os Estados que entram em confronto para defender seus interesses nacionais porém grupos armados que não necessariamente estão ligados aos Estados (traficantes de drogas, máfias, milícias localizadas, movimentos terroristas). Com isso, a comunidade internacional encontra alguma dificuldade em tratar as novas formas de conflitualidade ao dispor apenas das tradicionais instituições inter-estatais<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> "The absence of vital interest for major powers meant that they would not become engaged militarily in the war, but the pressure from the media and the public acted as a moral campaign, reminding the world that international conventions and moral law were being violated and demanding that the major powers take decisive military action".

<sup>42</sup> Neste caso basta que pensemos no caso da ajuda humanitária. Ainda que ela seja voltada a grupos populacionais, a forma de sua atuação ainda está presa ao Estado (que dá permissão e, em alguns casos, ajuda na logística da implementação). Some-se a isto, a ajuda humanitária apresenta-se como uma forma de diminuir o sofrimento da população civil que está envolvida no conflito – algumas vezes involuntariamente – no entanto não é capaz de oferecer uma resolução política ao conflito.

A transição do sistema da Guerra Fria para uma nova ordem internacional, causou a explosão de demandas de forma que os Estados e as instituições internacionais foram incapazes de responder a todas elas. Esse apresenta-se como um dos principais obstáculos atuais à uma atuação mais direta e consistente por parte dos "guardiões" da ordem internacional.

### *De conflito nacional para conflito territorial*

Algumas condições eram necessárias para transformar a diferença étnica em conflito étnico e, depois, o conflito étnico em conflito nacional e guerra pelo território. Essas condições foram aplicadas em toda a antiga Iugoslávia. A quebra do país não levou a melhoras; pelo contrário deterioração econômica e insegurança psicológica foram exacerbadas pela incerteza da soberania e fronteiras propriamente ditas.

Os efeitos que causaram a desintegração dessas condições na capacidade governamental e política em administrar a transição pós-comunista sem radicalização e resolver as disputas de fronteiras sem guerra foram mais poderosas do que aqueles que favoreceram a integração e modernização. Calculando o risco que a guerra poderia espalhar, foi crítico reconhecer que esse processo de desintegração e formação nacional foi movendo-se geograficamente de áreas com reservas econômicas e padrões internacionais para áreas menos equipadas econômica e politicamente, para administrar as conseqüências.

A desintegração da Iugoslávia seguiu um processo que aconteceu em todo o Leste Europeu entre 1989-91. A reforma econômica foi iniciada pelos governos centrais, credores internacionais e conselheiros e economistas

liberais. Porém políticos nacionalistas emergiram entre diferentes grupos por razões variadas.

O primeiro grupo levou à independência nacional, o que causou o desligamento de qualquer compromisso constitucional com outros políticos. O colapso - de blocos socialistas para países individuais – ocorreu quando a maior parte das áreas que eram ricas e orientadas pelo Ocidente escolheram independência: Hungria, Eslovênia, Estônia e Lituânia. O processo de quebra começou com políticos em regiões prósperas próximas a mercados ocidentais com vantagens nas comunicações e pontes culturais com a Europa Ocidental e Central e com menos dependência de seus governos centrais.

Porém, o desafio de autoridade e leis de antigos Estados (ou alianças interestaduais) passou para lugares mais habilitados para colaborar com uma austeridade econômica e liberação do Ocidente. As inseguranças pessoais e a falta de identidade sociais que se expressam no nacionalismo e no antagonismo étnico, e que servem de base para uma política nacionalista abalada, são muito severas. Neste caso o setor agrário tende a ser maior e de maior importância econômica do que terra e grandes recursos naturais. Como resultado, afinidades étnicas prevalecem nas vilas. E as pessoas ficavam cada vez mais apegas às suas terras. Com as inseguranças, polarizações políticas são formadas facilmente e as forças para a moderação e compromissos políticos ficam marginalizados.

A Croácia era a república mais envolvida com o ambiente internacional; todos os acontecimentos na Europa Central e Oriental causavam grandes impactos neste Estado. O problema era que as lideranças na Croácia estavam divididas entre facções conservadoras e reformistas. Não acontecia como na

Eslovênia e na Sérvia, onde as próprias lideranças não apoiavam os movimentos populares e nem tentavam negociar com eles. O que aconteceu foi que a Europa Ocidental deixou a livre iniciativa para a Sérvia e Eslovênia.

A reforma econômica trouxe mais conseqüências, como quando, por exemplo, a então URSS começou a entrar em atrito após 1985 quando o presidente Mikail Gorbatchev numa visita a Belgrado em 1988 declarou a redução de todo o suporte militar e diplomático, o que fez com que a Iugoslávia tomasse uma posição mais neutra no contexto internacional.

Com a queda do Muro de Berlim e a ocidentalização da Europa Oriental, todos os países que pertenciam a essa segunda parte conseguiram uma rápida integração à economia capitalista. Porém, num acordo feito em Helsinque, determinou-se que a Iugoslávia seria parte da Europa porque faziam parte dessa civilização há anos.

Na Iugoslávia, a única tentativa de manter uma cidadania e um sentimento de identidade com a Europa estava na integração da Federação. Com as mudanças da política estadunidense e o fim do pacto de Varsóvia, ficou difícil manter uma auto-aliança e uma força armada leal ao governo federal. A guerra entre Irã e Iraque devastou a economia da Bósnia e da Macedônia e parte da Sérvia, pois essas repúblicas mantinham dívidas para com aqueles países.

Esses eventos internacionais trouxeram mais repercussão na crise interna da Iugoslávia. Utilizando como pano de fundo os direitos humanos, os EUA deram apoio à Eslovênia e à Croácia no combate em favor dos kossovares e incorporou um certo sentimento anti-sérvio. Mas nesta província (Kosovo) havia um problema: os albaneses kossovares são reconhecidos

constitucionalmente na Iugoslávia como um grupo étnico e não como uma nação (apesar deles possuírem um território); isso facilitaria aos sérvios liderados por Milosevic para que de alguma forma a interferissem no local. Os EUA deram total apoio na campanha política de Milosevic pois ele era um liberal no que se refere a economia e um conservador quanto a política.

A revisão das constituições republicanas abriu uma questão importante que estava adormecida há alguns tempos. “O direito de auto-determinação pertenciam às pessoas como uma nação ou como repúblicas se caso houvesse uma escolha?”. Cada minoria étnica nas repúblicas organizava-se territorialmente em comunidades concentradas a fim de proclamar uma autonomia regional. Esses movimentos contra as regras da maioria tinha como objetivo a autonomia territorial.

Assim podemos perceber que o cenário internacional, bem como as formas e tempos de ação de alguns atores-chave foram fundamentais para a forma pela qual o conflito se desenvolveu. Um dos principais fatores de potencialização do conflito, do ponto de vista internacional, é o fortalecimento de algumas práticas (através da legitimação das mesmas) bem como do tipo de intervenção, que faz com que a hierarquia de importância das ações internas ao Estado seja alterada.

## 10 – Conclusões

O conflito iugoslavo marcou o cenário pós-Guerra Fria ao apresentar um desafio antigo para um mundo novo.

O conflito violento entre grupos humanos é uma constante em toda a história, variando em grau (tensão, ameaça, combate e aniquilamento) e em perfil (guerra civil, guerra interestatal e guerra mundial). Os sistemas internacionais procuravam desenvolver formas de resolução de conflitos sem que estes ingressassem no reino da violência, que tantos custos materiais e humanos carrega; no entanto, em face das mudanças do sistema internacional pós-Guerra Fria, houve um certo vácuo tanto institucional quanto referencial que pudesse orientar a forma de atuação dos atores internacionais.

Num primeiro momento, defendeu-se a idéia de que o conflito iugoslavo era um problema interno (guerra civil) fundado num suposto ódio histórico entre as diversas etnias que formavam a República Federativa Iugoslava. Estudos mais detalhados apontam para outros fatores que, se não anulam a importância deste, ao menos relativizam sua primazia.

Neste trabalho procuramos agregar outros fatores que promoveram ou, ao menos, potencializaram as tensões de forma que elas pudessem tomar o formato trágico e impressionante<sup>43</sup> que tanto marcou a história da região.

O esforço para compreender o conflito, suas causas e desenvolvimento, captou a atenção de algumas importantes teorias de relações internacionais, como é o caso da teoria do cheque de civilizações, de Samuel Huntington, bem como de outras formas de realismo e mesmo de idealismo. Ainda assim, quando trabalhado o conflito em sua totalidade

---

<sup>43</sup> Entre aqueles elementos que ganharam destaque, por parte da mídia e dos analistas, a limpeza étnica parece ser o que mais identidade dá ao conflito.

(causas e implicações) torna-se extremamente difícil conseguir, com uma só linha teórica, explicar tudo. Assim, ao optarmos por uma linha mais aberta às diversas contribuições que cada teoria poderia oferecer, aprofundamos os estudos para oferecer uma visão maior sobre o conflito.

No desenvolvimento deste trabalho pudemos questionar a idéia de que o conflito é resultado de um ódio histórico insuperável, encontrando exemplos históricos que, se por um lado mostram que a região sempre foi conturbada, por outro não corrobora com a idéia de que o ódio entre os grupos constituintes foi o motor para essa agitação.

A questão do nacionalismo e da etnia ocupou a maioria dos estudiosos uma vez que o conflito ocorreu entre grupos étnica e nacionalmente identificáveis. Partindo da idéia de que ambos os conceitos englobam formas de formação de identidades coletivas (o primeiro no nível político e o segundo no nível cultural), pudemos destacar os dois principais tipos de nacionalismo (primordialista e sócio-biológico) para concluirmos que o ferramental oferecido por estas teorias não era suficiente para entender o desenvolvimento do conflito, uma vez que voltavam-se para a formação da identidade e não para suas implicações nas ações dos grupos nacionais. Quando trabalhamos o nacionalismo com uma perspectiva econômica, chegamos à conclusão de que o nacionalismo distributivo é o que melhor pode ajudar a explicar o caso iugoslavo.

Neste sentido, pudemos perceber que as manifestações nacionalistas estavam fortemente sustentadas por uma crise econômica e política que resultava em grandes interferências no âmbito da organização social.

Ao estudarmos o período imediatamente anterior ao desmembramento da Federação Iugoslava pudemos questionar as teses de que sua unidade era resultante do carisma de Tito e da estrutura autoritária do governo comunista. A união moderna das etnias que formavam a ex-Iugoslávia começou em 1918, momento no qual começaram os movimentos por compatibilização e convívio dos diversos grupos. No segundo momento, diante do fim da Guerra Fria, algumas das principais ligações político-ideológicas que marcavam a ex-Iugoslávia desapareceram, de forma que iniciou-se uma movimentação na busca por pilares político-ideológicos novos.

Neste movimento, os intelectuais (entendidos em amplo espectro: de escritores e poetas ao clero) desempenharam um papel fundamental, o que nos permitiu voltar na história da região para entender a importância que eles tiveram na formação da cultura dos povos da ex-Iugoslávia.

A crise do desmembramento é parcialmente explicada pela crise econômica que abateu o mundo durante as décadas de 1970 e 1980. Conforme pudemos observar, o ponto central neste momento foi a tentativa que a sociedade Iugoslava fez para diminuir os impactos da crise e dos choques de petróleo, buscando um posicionamento economicamente esperado por parte dos grandes credores internacionais. Foi o rigor econômico, muitas vezes colocado acima das questões políticas e sociais, que permitiu uma abertura para movimentos localizados e populistas, que mais tarde seriam fundamentais para o fortalecimento dos grupos políticos mais radicais e nacionalistas.

A estrutura política Iugoslava apresentou-se como uma das principais causas da escalada das tensões políticas e sociais para o conflito violento. Ao



não disponibilizar de meios e instituições capazes de canalizar as tensões, resolvendo-as através de meios não-violentos, permitiu que essas diferenças e desacordos alcançassem o nível do confronto generalizado e violento.

O cenário internacional também desempenhou um papel significativo nos caminhos do conflito iugoslavo, seja direta e propositalmente, seja indireta e desinteressadamente. Assim, enquanto no primeiro caso tínhamos o reconhecimento das independências croata e sérvia por parte da Alemanha, no segundo tínhamos a tendência de queda das *commodities* iugoslavas nos anos 1980.

A participação dos diversos atores internacionais no conflito obedeceu a interesses nem sempre claros e permanentes. Esses movimentos influenciaram os desenvolvimentos da ex-Iugoslávia a partir do momento em que sustentavam expectativas e discursos políticos. A impossibilidade de desenvolvimento, por parte da comunidade internacional, de uma ação mais consistente fez com que o conflito se prologasse e aprofundasse em suas manifestações de violência. No campo internacional, o conflito destaca-se ao mostrar à comunidade internacional que o sistema internacional mudou e que, por ainda não se ter firmado o perfil do novo sistema, soluções tradicionais não mais se prestam à resolução de algumas novas questões.

## Anexo I - Cronologia

Séc. VII d.C.	Povos eslavos deslocam-se do sul da Rússia para os Balcãs
Séc. VII -IX	Os eslavos do oeste (futuros croatas) sofrem influência romana e viram católicos; os do leste (futuros sérvios) sofrem influência bizantina e viram católicos
Séc. X-XII	Evangelização dos eslavos Balcânicos e dos russos por missionários bizantinos (exceto os eslovenos e croatas evangelizados por missionários italianos).
1054	Cisma do Oriente: surgimento da Igreja Católica Ortodoxa grega, chefiada pelo patriarca de Constantinopla. Subdividiu-se mais tarde em numerosas igrejas nacionais subordinadas a patriarcas próprios (Igrejas Católicas Ortodoxas Russa, Romena, Búlgara, Sérvia, Armênia, Síria e Copta ou Africana).
1098	A Croácia é submetida aos húngaros.
1278	Os eslavos são submetidos aos Habsburgos.
1345	Apogeu da Sérvia Medieval. O rei sérvio Estevão Urosh IV proclama-se imperador.
1352	Primeiras vitórias turcas nos os Balcãs.
1354	Os turcos otomanos, depois de ocupar toda a Ásia menor (atual Turquia), invadem a península Balcânica.
1372	Turcos vencem os sérvios em Maritza.
1389	Batalha de Kossovo; vitória decisiva dos turcos sobre os sérvios
1396	Conquista da Bulgária pelos Otomanos.
1453	Tomada de Constantinopla pelos Turcos

1463	Conquista da Bósnia pelos Otomanos. Os Bósnios começam a se converter ao Islamismo.
1495	Conquista da Valáquia. (atual Romênia) pelos turcos.
1524	Montenegro é submetido pelos turcos.
1571	Derrota naval dos turcos na Batalha de Lepanto. Fim da expansão otomana no Mediterrâneo.
1683	Segundo cerco de Viena pelos turcos (o primeiro ocorreu em 1529). Fim da expansão otomana na Europa.
1686	Segunda revolta contra os turcos, em Tirnovo.
1690	Revolta dos sérvios em Kossovo, esmagada pelos turcos. A região é abandonada pelos sérvios e povoada por albaneses.
séc. XVIII	Recuo das fronteiras setentrionais do império Otomano em proveito da Rússia e da Áustria, que anexa a Croácia.
1804	Início da revolta sérvia que será oprimida pelos turcos em 1813, em Chumácia.
1815	Sérvia fica autônoma.
1830	Criação do alfabeto croata-esloveno.
1831	Independência da Grécia em relação ao Império Otomano.
1850	Em Viena, escritores sérvios e croatas assinam um acordo para uma língua comum, cuja única diferença seria o uso de alfabetos diferentes. Neste momento, difunde-se a idéia de um Estado único.
1875	Revolta na Bósnia-Herzegovina.
1877	Exército russo ocupa países búlgaros.

1878	A Rússia patrocina a independência da Romênia, Bulgária, Sérvia e Montenegro em relação ao Império Otomano. Este cede à Bósnia-Herzegovina ao Império Austro-Húngaro.
1912	Independência da Albânia em relação ao Império Otomano.
1913	A Sérvia toma Kosovo e Macedônia ao Império Otomano.
1914	Início da Primeira Guerra Mundial.
1917	Declaração de Corfu: políticos croatas, eslovenos e sérvios procuram a união dos três povos sob a dinastia Karagjogjevitch.
1918	Fim da Primeira Guerra Mundial. O Reino da Sérvia incorpora Montenegro, a Bósnia-Herzegovina, a Croácia, a Eslovênia e a Vojvodina, passando a denominar-se “Reino Unido dos Sérvios, Croatas e Eslovenos”.
1822	Lei iugoslava de centralização.
1929	O Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos passa a se chamar “Iugoslávia”.
1930	Fundação do Movimento Ustacha, por Ante Pavlevic, em Marselha.
1932	Revolta dos Ustashís.
1934	Assassinato do rei Alexandre, pelo movimento Ustacha em Marselha.
1941	Adesão da Iugoslávia aos Pacto Tripartite. A Iugoslávia é invadida pela Alemanha e Itália e desmembrada.
1941-45	Resistência dos Sérvios contra o domínio dos Nazistas, comandados pelo líder comunista Tito.

1944	Libertação de Belgrado
1945	A Iugoslávia se transforma em um estado socialista, dividido em seis repúblicas federadas e governado ditatorialmente por Tito. Proclamação da República em 29 de novembro.
1946	Promulgação da Constituição Iugoslava.
1948	A Iugoslávia rompe com a URSS e sai da "Cortina de ferro".
1950	A Lei Fundamental sobre auto-gestão rompe com o modelo soviético.
1953	Tito transforma-se em presidente da República.
1963	Aumento das competências das Repúblicas na Constituição Iugoslava.
1966	Reforma pró-economia de mercado.
1974	Tito concede autonomia aos Albaneses de Kosovo e aos Húngaros da Voivodina, mas mantém as duas regiões integradas na República da Sérvia.
1980	Morte de Tito.
1981	Rebelião albanesa em Kosovo é duramente reprimida pelo governo federal.
Década de 1980	Crise econômica generalizada nos países socialistas, incluindo a Iugoslávia.
1986	Milosevic é eleito presidente da Liga Comunista da Sérvia. Memorando da Academia Sérvia condenando a partilha territorial do período Tito, que desfavoreceria a Sérvia.
1987	Golpe de Estado na Iugoslávia. Slobodan Milosevic assume a

	chefia de governo.
1988	Milosevic suprime a autonomia de Kosovo e da Vojvodina.
1990	A Liga Comunista Iugoslávia reconhece o pluralismo político (janeiro). Eleições livres nas seis repúblicas (abril a dezembro).
1991	Independência da Eslovênia e da Croácia (ambas em 25 de junho). Independência da Macedônia (15 de setembro). Proclamação de independência da Bósnia (15 de outubro).

## Anexo II - Mapas

## Bibliografia

- ARANDA, Andrés Silva (1997). Etnicidade e política: o caso Aymara. Dissertação de Mestrado, *in mimeo*. FFLECH/USP. São Paulo.
- ARAUJO, Braz de (1999). "Dez anos da queda do Muro de Berlim: uma visão estratégica" *in Idéias Liberais* Ano IV, nº 97.
- BAKER III, James (1995). *The Politics of Diplomacy – Revolution, War & Peace, 1989-1992*. G. P. Putnam's Sons. New York.
- BOBBIO, Norberto *et alli* (1994). *Dicionário de Política*. Editora UnB. Brasília. 6ª edição.
- BOOTH, Ken and SMITH, Steve (edits). (1995). *International Relations Theory Today*. The Pennsylvania State University Press. Pennsylvania.
- BOYD, Charles (1998). "Making Bosnia Work" *in Foreign Affairs* Vol. 77 (1).
- BOWKER, Mike (1998). "The wars in Yugoslavia: Russia and the International Community" *in Europe-Asia Studies* Vol. 50 (7).
- BRENER, Jayme (1993). *Tragédia na Iugoslávia – Guerra e nacionalismo no Leste Europeu*. Atual Editora. São Paulo. 4ª Edição.
- CALIC, Marie-Janine (1996). "Bosnia-Herzegovina after Dayton Opportunities and Risks for Peace" *in Aussen Politik* Vol. 47 (2).
- CLARK, Arthur (1996). *Bosnia – What every American should know*. Berkley Books. New York.
- COX, Robert (1986). "Social forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory" *in* KEOHANE, Robert. *Neorealism and its critics*. Columbia University Press. New York.



- CRAWFORD, Beverly (1996). "Explaining Defection from International Cooperation – Germany's Unilateral Recognition of Croatia" in World Politics Vol. 48 (4).
- DALLAGO, Bruno & UVALIC, Milica (1998). "The distributive consequences of nationalism: the case of Former Yugoslavia" in Europe-Asia Studies Vol. 50 (1).
- DAVID, Steven (1997). "International War – Causes and Cures" in World Politics Vol. 49 (4).
- DJILAS, Aleska (1998). "Imagining Kosovo – A biased new account fans western confusion" in Foreign Affairs. September.
- DORING, Luiz Santos (1999). "Kosovo, algo novo?" in Revista da ESG (38). Ano XVI.
- FEJTÖ, François (1971). *Historia de las Democracias Populares 1953-1970: II Estructuras y tendencias*. Ediciones Martínez Roca. Barcelona.
- FERON, Bernard (1999). *Iugoslávia: a guerra do final do milênio*. L&PM. Porto Alegre.
- FERREIRA JR., Geraldo. "O tribunal criminal para a Iugoslávia" in MERCADANTE, A. e MAGALHÃES, J. (coords.). *Solução e prevenção de litígios internacionais*. Necin.
- GAGNON JR., V. P. (1991). "Yugoslavia: prospects for stability" in Foreign Affairs Vol. 70 (3).
- GELLNER, Ernest (1993). *Nações e Nacionalismos*. Gradiva Publicações. Lisboa.
- GRANVILLE, Johanna (1998). "Hungary, 1956: the Yugoslav connection" in Europe-Asia Studies Vol. 50 (3).

- HOBBSAWM, Eric. (1990) *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- HOLBROOKE, Richard (1997). "Letters to the Editor – Richard Holbrooke on Bosnia" in Foreign Affairs Vol. 76 (2).
- HUNTINGTON, S. (1997). *O Choque de Civilizações – e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro. Editora Objetiva.
- IGNATIEFF, Michael (1993). "A tragédia dos Bálcãs" in Política Externa vol. 2 (2).
- ISAACS, H. (1975). *The Idols of the Tribe*. Harper. New York.
- JAVANOVIC, Aleksandar (1990). "Iugoslávia – uma constelação cultural" in Revista USP N.6.
- \_\_\_\_\_ (1995). *À sombra do Quarto Crescente*. Editora Hucitec. São Paulo.
- KACAREVIC, Zoran (1990). "Yugoslavie: La bataille de Kosovo" in BROSSAT, Alain et alli (orgs.). *A l'Est la mémoire retrouvée*. Édition la Découverte. Paris.
- KOSLOWSKI, Gerd (1996). "Bosnia: failure of the institutions and of the Balance of Power in Europe" in Aussen Politik Vol. 47 (4).
- LAFER, Celso e FONSECA JÚNIOR, Gelson. "Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas" in FONSECA JÚNIOR, Gelson e NABUCO DE CASTRO, Sergio Henrique. *Temas de política externa brasileira II (volume1)*. IPRI-Editora Paz e Terra. São Paulo. 1994.
- LLOBERA, Josep (1999). "Recent theories of nationalism" in Working Papers n° 164 – Institut de Ciències Polítiques i Socials. Universitat Autònoma de Barcelona.

MALCOM, Noel (1996). *Bosnia – A short history*. New York University Press. New York.

\_\_\_\_\_ (1999). "Is Kosovo Real?" in Foreign Affairs Vol. 78 (1).

MORAES, Marcio Bonifácio (1999). "O conflito nos Balcãs – A crise no Kosovo" in Revista da ESG (38). Ano XVI.

MUNDO, Fernando del e WILKINSON, Ray (1999). "Una carrera contra el tiempo" in Refugiados nº 104. ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

NEWMAN, Saul (1991). "Does Modernization Breed Ethnic Political Conflict?" in World Politics Vol. 43 (3).

NIKSIC, S. e RODRIGUES, P. (1996). *O vírus Balcânico – O caso da Jugoslávia*. Lisboa. Assírio & Alvim.

ÖZDOGAN, Günay e SAYMASILI, Kemâli (1995). *Balkans: a mirror of the new international order*. Muhittin Salih EREN. Istanbul.

PORTAL, Roger (1968). *Os eslavos: povos e nações*. Edições Cosmos. Rio de Janeiro.

RAMET, Sabrina Petra (1992). "War in the Balkans" in Foreign Affairs. Fall.

ROBERTS, J. M. (2000). *O Livro de Ouro da História do Mundo*. Rio de Janeiro. Ediouro.

SCHEVILL, Ferdinand (1995). *A History of the Balkans*. Barnes & Noble Books. New York.

SYMNYKYWICZ, Jeffrey (1997). *Civil War in Yugoslavia*. Dillon Press. New Jersey.

ULLMAN, Richard (1996) (ed.). *The World and Yugoslavia's Wars*. Council on Foreign Relations Book. New York.

VAISSE, Maurice. (1997). *As relações internacionais desde 1945*. Edições 70. Lisboa.

VIGEVANI, Tullo e DUPAS, Gilberto (orgs.). (1999). *O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional*. Editora Alfa-Omega. São Paulo.

VILLEGAS M., Francisco (1995). "El fracaso de la ONU en la antigua Yugoslavia" in Foro Internacional 142. México.

WENDZEL, Robert. (1977). *International Relations – A policymaker focus*. John Wiley & Sons. New York.

WOODWARD, Susan (1995). *Balkan Tragedy – Chaos and Dissolution after the Cold War*. The Brookings Institution. Whashington-DC.

[www.yugoslavia.com](http://www.yugoslavia.com) – Material jornalístico de 1997 à 1998.